

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Augiza Karla Boso

**REPOSITÓRIOS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR E SUAS POLÍTICAS: análise sob o aspecto das fontes
informacionais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Gestão da Informação, linha de pesquisa Fluxos de Informação, sob a orientação da Professora Doutora Ursula Blattmann.

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Augiza Karla Boso CRB14/1092

B744r Boso, Augiza Karla

Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas : análise sob o aspecto das fontes informacionais [dissertação] / Augiza Karla Boso ; orientadora, Ursula Blattmann. – Florianópolis, SC, 2011.

1 v. : il., graf. , tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências.

1. Repositórios institucionais. 2. Políticas de repositórios. 3. Fontes informacionais. I. Blattmann, Ursula. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

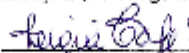
CDU: 025.5

Angiza Karla Boso

**REPOSITÓRIOS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR E SUAS POLÍTICAS: análise sob o aspecto das fontes
informacionais**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
Mestre em Ciência da Informação - Área de Concentração Gestão da
Informação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação.

Norandópolis, 28 de agosto de 2011



Ligia Maria Amado Caté, Dra.
Coordenadora do Curso



Ursula Blattmann, Dra. (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina


Banca Examinadora:



Angélica Conceição Dias Miranda, Dra.
Universidade Federal de Rio Grande



Maria de Jesus Nascimento, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina



Rosângela Schwartz Rodrigues, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Adilson Luiz Pinto, Dr. (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico à minha família, ao meu noivo, aos
professores do PGCIN e aos meus amigos.
Dedico, também, a uma das maiores mestres que
já conheci que com sua sabedoria e incentivo
mostrou-me a porta para a pós-graduação, a você
amiga e professora, Doutora Maria de Jesus
Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é admitir que houve um momento em que se precisou de alguém; é reconhecer que o homem jamais poderá lograr para si o dom de ser auto-suficiente. Ninguém e nada cresce sozinho; sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor. (Autor Desconhecido)

Agradeço aqueles que vivenciaram e compartilharam meus objetivos, em especial a amiga e orientadora Doutora Ursula Blattmann.

RESUMO

As instituições federais de ensino superior no Brasil podem dar maior transparência aos recursos financeiros alocados para o desenvolvimento da ciência ao disponibilizar diversas fontes de informação nos seus repositórios. O objetivo geral visa analisar as políticas dos repositórios institucionais e quais fontes de informação são consideradas relevantes pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil no povoamento de repositórios institucionais. Como objetivos específicos têm-se: identificar as instituições que mantêm repositórios e as que possuem políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários e especificar a tipologia das fontes de informação recomendadas pelas políticas e/ou disponibilizadas nesses repositórios. A metodologia adotada foi de pesquisa básica, do ponto de vista de sua natureza; e descritiva, pela forma de estudo do objeto. A pesquisa descritiva desenvolveu-se em forma de pesquisa documental apoiada na pesquisa bibliográfica para contextualizar o tema, tendo cunho qualitativo. O universo da pesquisa constitui-se das 97 IFES existentes no Brasil, tendo em vista que as pesquisas científicas realizadas nessas instituições visam à contínua melhoria dos produtos e serviços para a sociedade. Dessas IFES, 57 são universidades federais, 38 são institutos federais e 2 são centros federais de educação tecnológica. A população constituiu-se das 23 IFES que mantêm repositórios, e a amostra, das 7 instituições que mantêm repositórios com políticas instituídas e disponibilizadas aos seus usuários. Entre as conclusões a que se chegou, pode-se destacar que os RIs apresentam fontes primárias e secundárias de informação. Os repositórios que possuem somente fontes primárias equivalem a 71,42% do total; 28,58% dos RIs, além de apresentarem fontes primárias, apresentaram também fontes secundárias; não foram observadas fontes terciárias. As fontes de informação consideradas relevantes pelas IFES para o povoamento de repositórios foram: teses e dissertações; artigos de periódicos; trabalhos apresentados em eventos; trabalhos de conclusão de curso de graduação; acervo fotográfico; trabalho de conclusão de curso de especialização; documentos (atas); livros e capítulos de livros e referências básicas para matérias de jornais. O estudo permitiu que as instituições federais de ensino superior conhecessem as fontes de informação utilizadas em seus repositórios, pois as políticas facilitam a organização e a disseminação da informação, o que traz benefícios tanto para a comunidade científica e institucional quanto para a sociedade de um modo geral, inclusive para a área de Ciência da Informação.

Palavras-chave: Fontes de informação. Repositórios institucionais. Políticas de repositórios.

ABSTRACT

The Federal Institutions of Higher Education in Brazil can give more transparency to the financial resources allocated to science development by providing various information sources in its repositories. The purpose was analyzed the policies and information sources from Institutional Repositories from the Federal Institutions of Higher Education. Also identified those federal institutions of higher education that keep institutional repositories policies, identification of typology about information sources and established policies and made it available for users. It was adopted the basic research methodology, from the point of view of its nature, and descriptive, because of its form of object study. The descriptive research was developed as documentary research supported on the bibliographical research to contextualizing the matter, getting qualitative character. The research's universe was formed by the 97 Federal Institutions of Higher Education in Brazil, knowing that the scientific research, that was performed in these institutions, aim for the constant improvement of the products and services to the internal and external users. These institutions, 57 are federal universities, 38 are federal institutes and 02 are federal centers of technical education. The population of survey is formed for 23 institutions that keep repositories and the sample is formed for 07 institutions that keep repositories with instituted policies made available for users. It was concluded that the Institutional Repositories present information primary and secondary sources. The repositories that have only primary sources are 71,42%; 28,58% of the IRs, besides of presenting primary sources, presents secondary sources as well. It was not observed tertiary sources. The information sources considered relevant by FIHE to fill up of repositories were: thesis and dissertation; journal's articles; papers presented at events; final project in graduation; photographic collection; final project in postgraduation; documents (minutes); books; books chapters, and basics references for newspapers news. The study allowed the federal institutions of higher education knew the information sources used in its repositories, because the policies made the organization and the dissemination easy, that brings benefits to the scientific and institutional community and to the society in general, including the Information Science area.

Keywords: Information sources. Institutional repositories. Repositories policies.

RESUMEN

Las instituciones federales de enseñanza superior en el país pueden conceder mayor transparencia a los recursos financieros alocados para el desarrollo de la ciencia al ofertar diversas fuentes de información en sus repositorios. El objetivo general visa analizar las políticas de los repositorios institucionales y cuales las fuentes de información son consideradas relevantes por las Instituciones Federales de Enseñanza Superior – IFES en Brasil en el poblamiento de Repositorios Institucionales – RIs. Como objetivos específicos tienes: identificar las instituciones que mantiene repositorios y las poseen políticas instituidas y disponibles a los usuarios y especificar la tipología de las fuentes de información recomendables por las políticas y/o disponibles en estos repositorios. La metodología adoptada fue de investigación básica, desde el punto de vista de su naturaleza; y descriptiva por la forma de estudio del objeto. La investigación descriptiva se desarrolló en forma de investigación documental apoyada en la investigación bibliográfica para contextualizar el tema, teniendo cuño cualitativo. El universo de la investigación se constituye de las 97 IFES existentes en Brasil, teniendo en vista que las investigaciones científicas realizadas en esas instituciones visan a la continua mejora de los productos y servicios para el público interno y externo. De esas IFES, 57 son universidades federales, 38 institutos federales y 02 son centros federales de educación tecnológica. La población se constituye de las 23 IFES que mantienen repositorios y la muestra, de las 07 instituciones que mantiene repositorios con políticas instituidas y disponibles a sus usuarios. Entre las conclusiones se puede destacar que los RIs presentan fuentes primarias y secundarias de información. Los repositorios que poseen solamente fuentes primarias equivalen a 71,42% del total; 28,58 de los RIs además de presentaren fuentes primarias presentan también fuentes secundarias; no se observó fuentes terciarias. Las fuentes de informaciones consideradas relevantes por las IFES para el poblamiento de repositorios fueron: tesis y disertaciones; artículos de periódicos; trabajos presentados en eventos; trabajos de conclusión de curso de especialización; documentos (actas); libros y capítulos de libros y referencias básicas para materias de diarios. El estudio permitió que las instituciones federales de enseñanza superior conocieran las fuentes de informaciones utilizadas en sus repositorios, pues las políticas facilitan la organización y la diseminación de la información, lo que trae beneficios tanto para la comunidad científica e institucional cuanto para la sociedad de un modo general, incluso para el área de Ciencia de la Información.

Palabras-clave: Fuentes de información. Repositorios institucionales. Políticas de repositorios.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01 – Acesso restrito: impacto da pesquisa limitado.....	23
Figura 02 – Processo de maximização e aceleração do impacto da pesquisa.....	25
Figura 03 – Adaptação para um ambiente baseado nos meios impresso e eletrônico.....	26
Gráfico 01 – IFES x RIs x Políticas por Região.....	62
Gráfico 02 – Repositórios e políticas por Região.....	63
Gráfico 03 – Distribuição dos software utilizados para configurar os repositórios espanhóis em 2009.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Conceitos de fontes de informação.....	29
Quadro 02 – Conceitos de fontes primárias.....	30
Quadro 03 – Conceitos de fontes secundárias.....	31
Quadro 04 – Conceitos de fontes terciárias.....	32
Quadro 05 – Descrição de conteúdos arrolados nos repositórios institucionais.....	42
Quadro 06 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Sul.....	53
Quadro 07 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Sudeste.....	54
Quadro 08 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Norte.....	55
Quadro 09 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Nordeste.....	56
Quadro 10 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Centro – Oeste.....	58
Quadro 11 – Políticas instituídas.....	66
Quadro 12 – Responsáveis pelos repositórios institucionais nas IFES.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – IFES e Repositórios por Região.....	60
Tabela 02 – IFES, Repositórios e Políticas por Região.....	64
Tabela 03 – Tipologia das fontes de informação disponibilizadas nos RIs – fontes primárias.....	70
Tabela 04 – Tipologia das fontes de informação disponibilizadas nos RIs – fontes secundárias.....	72
Tabela 05 – Tipos de objetos digitais em repositórios institucionais espanhóis em 2007 e 2008 e suas respectivas quantidades.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre
AL – Alagoas
AM – Amazonas
AP – Amapá
BA – Bahia
CE – Ceará
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CPD – Centro de Processamento de Dados
DF – Distrito Federal
ES – Espírito Santo
FI – Fontes de Informação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GO – Goiás
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
IF – Instituto Federal
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IFs – Institutos Federais
MA – Maranhão
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
PA – Pará
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PI – Piauí
PR – Paraná
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RI – Repositório Institucional
RIs – Repositórios Institucionais
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SE – Sergipe
SP – São Paulo
TO – Tocantins

UF – Universidade Federal

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFs – Universidades Federais

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS PRETENDIDOS.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVAS.....	17
1.3.1 Justificativas científica e institucional.....	18
1.3.2 Justificativas social e pessoal.....	19
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	19
 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	 21
2.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	21
2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO.....	27
2.3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	33
 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	 45
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	45
3.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	46
3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	49
 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	 51
4.1 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES E SEUS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS - RIS.....	51
4.2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E SUAS POLÍTICAS.....	61
4.3 FONTES DE INFORMAÇÃO (FI) NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	70
 5 CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	 83
5.1 CONCLUSÕES.....	83
5.2 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	85
 REFERÊNCIAS.....	 89
 APÊNDICE.....	 102
 ANEXOS.....	 103

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é consequência de contínuas adequações nos meios de gerar, acessar, distribuir e utilizar as fontes de informação, as quais proporcionam conhecimentos e são imprescindíveis para que a comunidade científica e as demais comunidades possam compreender o que acontece local, regional, nacional e internacionalmente. E como os acontecimentos se sucedem rapidamente, tornou-se indispensável a permanente atualização não apenas de quem gera mas também de quem utiliza essas fontes informacionais.

Com o advento da sociedade eletrônica de informação, transformou-se a delimitação de tempo e espaço até então conhecida, e a interatividade constituiu-se em mais uma importante estratégia, principalmente para a comunidade científica (MARCONDES et al., 2006).

Torino, Torino e Silva (2009, p. 4) destacam que se tem, principalmente nos últimos anos, “a necessidade latente de gerir a informação e o conhecimento existentes na organização, cujos resultados tornam-se fundamentais para a sobrevivência em cenários mutáveis e competitivos”. Nesse sentido, as tecnologias de informação assumiram objetivos relevantes nessa nova sociedade, proporcionando apoio para as práticas relacionadas com o compartilhamento da informação e do conhecimento (MACHADO, 2006).

Uma questão associada à disseminação do conhecimento científico, segundo Rosa e Gomes (2010, p. 101), é o “elevado custo de muitas publicações periódicas de caráter científico, frequentemente na dependência de interesses editoriais e comerciais que raramente reverterem em prol dos autores ou das instituições [a que] [...] estão filiados”.

Nesse contexto, os repositórios institucionais surgem como facilitadores para o exercício de organizar e gerir as fontes de informação, com custos mais acessíveis à população, tendo em vista que geralmente são as instituições que arcam com tal ônus, embora a sociedade os pague indiretamente com impostos cobrados pelo governo.

O Repositório Institucional (RI) “preserva e possibilita o acesso a materiais inéditos de uma universidade, sendo uma alternativa para os altos custos das publicações tradicionais, contribuindo assim para o prestígio da instituição” (MCLENDON, 2005, p. 1, tradução nossa).

O advento das tecnologias informacionais e o surgimento de Repositórios institucionais (RIs) favoreceram o aprimoramento de diversos métodos profissionais, permitindo certa autonomia para os

produtores e usuários em suas fontes de informação, que adquiriram novas características nesse ambiente inovador. Para Souto (2008, p. 146), “os indivíduos que até então assumiam uma posição passiva – receptores da informação – passam a ter uma nova postura e ao mesmo tempo em que são receptores da informação, também passam a selecioná-la e disseminá-la.”

Por consequência, investigar os canais de distribuição e circulação e as fontes de informação para compreender a dinâmica dos fluxos da informação na sociedade, pesquisando as políticas de conteúdos digitais dos repositórios de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, é um objetivo a ser buscado pela área da Ciência da Informação.

Para Vergueiro (2010, p. 9):

A objetividade no processo de seleção [das fontes de informação] é uma meta sempre almejada. Sem ela, existe o risco de surgirem acusações de favoritismo ou ineficácia da parte de cada usuário que não se sinta satisfeito com a escolha efetuada. Para fazer frente a estas acusações, a única alternativa é demonstrar que os materiais foram incluídos no acervo segundo parâmetros objetivos de qualidade ou de necessidade.

Eis aí a importância de estudar as fontes de informação necessárias para serem incluídas nas políticas de conteúdos digitais dos repositórios institucionais, contribuindo para entendê-los, organizá-los e geri-los. A política de conteúdos digitais demonstrará aos usuários/autores que as fontes constantes do RI foram armazenadas segundo critérios pré-definidos, o que dará credibilidade e confiança aos seus gestores.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O anseio de acumular ou reter fontes de informação e as ações de mudar, renovar e inová-las são formas próprias dos indivíduos, e, consequentemente, das instituições. (DOBEI, 2009). Deve-se, contudo, ter a cautela de não dispor no RI quaisquer fontes de informação. Para auxiliar nesse processo, tornam-se indispensáveis políticas institucionais para os repositórios, entre elas a política de conteúdos digitais.

Abadal (2009) e Briceno et al. (2009) informam que as políticas institucionais dos repositórios têm o papel primordial de incentivar os produtores do conhecimento a depositar as fontes de informação, e somente com políticas próprias e sensibilização desses produtores os repositórios poderão se consolidar como sistema de recuperação de informação eficaz.

Portanto, selecionar as fontes informacionais que devem ser ou não armazenadas faz parte das atividades das instituições. Por isso, questiona-se: quais fontes de informação são consideradas relevantes pelas instituições federais de ensino superior (IFES) para o povoamento de repositórios?

1.2 OBJETIVOS PRETENDIDOS

A seguir, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos pretendidos nesta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar quais fontes de informação são consideradas relevantes pelas instituições federais de ensino superior no Brasil para o povoamento de repositórios institucionais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil que mantêm repositórios;
- b) Detectar quais repositórios das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil possuem políticas instituídas e disponibilizadas;
- c) Especificar a tipologia das fontes de informação recomendadas pelas políticas e/ou disponibilizadas nos Repositórios Institucionais.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A partir de 1960, os pesquisadores começaram a se preocupar em incluir nos seus projetos de pesquisa o tópico justificativa, tendo em vista que a escolha do tema e as próprias justificativas atendem à questão ética. Primeiramente, a justificativa foi incluída de maneira genérica; posteriormente incluíram-se as dimensões científicas, sociais e

pessoais. A justificativa institucional foi a última a ser incluída, por influência da avaliação da pós-graduação, em que se registrava grande dispersão da produção científica. (WITTER, 2010).

Com esse intuito, apresentam-se a seguir as justificativas científicas e institucionais, sociais e pessoais para esta pesquisa.

1.3.1 Justificativas científica e institucional

Em 2005, o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) “lançou a Iniciativa de Acesso Livre à Informação Científica [...] com o intuito de organizar a informação de acesso livre no Brasil e facilitar o entendimento dos elementos dessa nova cultura global”. (BLATTMANN; BOMFÁ, 2006, p. 44).

Os repositórios vieram contribuir para concretizar esse objetivo, uma vez que, segundo Viana, Mardero Arellano e Shintaku (2006, p. 8), “estabelecer um repositório institucional indica que a biblioteca [e as Instituições Federais de Ensino Superior estão] [...] mudando seu papel de custódia para contribuir ativamente na mudança do modelo de comunicação científica”.

Nessa mesma direção, Baptista et al. (2007, p. 2) enfatizam que os “benefícios [...] são, entre outros, a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência”, promovendo assim a visibilidade da produção científica das Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito nacional e internacional.

Assim sendo, o estudo permitirá que as Instituições Federais de Ensino Superior conheçam as fontes de informação utilizadas nos repositórios, facilitando a compreensão dos elementos dessa nova cultura e trazendo melhorias para os repositórios institucionais, inclusive para a área de Ciência da Informação, onde poderão servir de modelo para outras instituições, pois segundo Abadal (2009, p. 10, tradução nossa), as instituições “estão realizando várias ações [no intuito de criar políticas institucionais], mas sem nenhuma visão global do conjunto”.

Por isso, analisar quais fontes de informação devem compor uma política de conteúdos digitais de um repositório institucional tendo uma visão do conjunto, como no caso das IFES, contribuirá para aperfeiçoar a área e trará benefícios tanto à comunidade científica e institucional quanto à sociedade em geral.

1.3.2 Justificativas social e pessoal

Com o surgimento das tecnologias, e por sua vez, dos repositórios institucionais, a sociedade percebe a importância de saber localizar as fontes de informação adequadas às suas necessidades informacionais do momento, pois a informação influencia a sociedade por seu papel, principalmente, no processo de tomada de decisão.

Em tal sentido, é imprescindível que os repositórios das Instituições Federais de Ensino Superior disponibilizem fontes de informações úteis, eficientes e eficazes aos seus usuários. Vem daí a importância de se conhecer quais fontes são encontradas nos RIs, pois, para Abadal (2009), uma das áreas que merecem atenção para melhoria dos repositórios são as políticas, e esta pesquisa atende a esse propósito.

Os questionamentos deste estudo surgem de leituras realizadas sobre o tema pela pesquisadora, no esforço de contribuir com estudos no campo da ciência da informação, área de concentração Gestão da Informação, linha de pesquisa Fluxos de Informação, e do interesse da pesquisadora em conhecer minuciosamente a área de estudo, tendo em vista que atua numa Instituição Federal de Ensino Superior que ainda não possui repositório constituído, mas onde há pretensão de implantação. Esta pesquisa norteará não somente a instituição da pesquisadora mas também as instituições vinculadas ao ensino superior para a implantação de repositórios e suas políticas.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

O estudo está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo, denominado Introdução, descreve sinteticamente o assunto, apresenta o problema de pesquisa e seu contexto, explicita o objetivo geral e os objetivos específicos e as justificativas que fundamentam o propósito da pesquisa.

Em seguida, encontra-se a contextualização teórica, que é o segundo capítulo, sobre produção científica, fontes de informação e Repositórios Institucionais.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos adotados para direcionamento desta investigação, caracterizando o tipo de pesquisa, a coleta de dados, as técnicas utilizadas para análise dos dados e as delimitações deste estudo.

Na apresentação e na discussão dos resultados, no quarto capítulo, foram apresentados os resultados encontrados a partir da análise dos repositórios e das suas políticas. Nas conclusões, são

apresentadas as considerações deste estudo, além de sugestões para novas pesquisas.

Por fim, apresentam-se as Referências, com a lista de todas as fontes utilizadas para subsidiar a elaboração do texto da dissertação, seguida dos apêndices e dos anexos, ou seja, documentos utilizados para validar a pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma revisão teórica no que diz respeito à produção científica, às fontes de informação, aos repositórios institucionais, considerados essenciais por serem temas convergentes para o objetivo geral, ou seja, para a análise das fontes de informação que são consideradas relevantes pelas instituições federais de ensino superior no Brasil para o povoamento de repositórios institucionais.

2.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Não se conhece a data exata do início das primeiras pesquisas científicas e nem quando houve indícios de comunicação científica. No entanto, sabe-se que a pesquisa científica está ligada aos gregos antigos, cujas formas principais de comunicação eram a fala e a escrita. Cumpre esclarecer que os gregos tinham por hábito transcrever os seus debates, muitas vezes precariamente conservados em manuscritos (MEADOWS, 1999).

Meadows (1999) ensina que na Europa, entre os séculos XIV e XVI, período conhecido como renascentista, já havia o costume de analisar e interpretar os textos, o que facilitava o aparecimento de ideias inovadoras.

Apesar do crescente uso do papel na Europa, especialmente no século XIV, a comunicação oral sobressaía à comunicação impressa, devido à precariedade dos meios de impressão. Somente com a criação da imprensa por Gutenberg, já no século XV, tornou-se concreta a comunicação escrita e a difusão do conhecimento, ampliando sobremaneira as formas e as possibilidades de comunicação científica (BURKE, 2003). Convém lembrar que o processo de transição do manuscrito para a forma impressa não aconteceu repentinamente.

Pela óptica da pesquisa, era aceitável que ideias circulassem em cartas manuscritas entre um reduzido grupo de amigos para que eles pudessem analisá-las e, quando possível, testá-las e respondê-las. No entanto, quando tal círculo se expandia, era conveniente imprimir a carta. Foi assim que surgiram, no século XVII, as primeiras revistas científicas, destacando-se a *Philosophical Transactions*, da Royal Society de Londres, como a precursora do moderno periódico científico, e o *Journal des Savants* (jornal dos sábios), criado em 1662 na França. (LÓPEZ PIÑERO; NAVARRO; PORTELA, 1989 apud NASCIMENTO, 2007; MEADOWS, 1999)

Os periódicos científicos surgiram por diversas razões, dentre elas, segundo Meadows (1999, p. 7), “a expectativa de seus editores terem lucros” e “a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo”. Todavia, o principal motivo “encontrava-se na necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações” (MEADOWS, 1999, p. 7).

Entre altos e baixos dos periódicos científicos, Guédon (2001), King e Tenopir (1998) e Mueller (2007b) relatam a “crise de preços em série”, ou seja, a crise dos periódicos científicos impressos, em 1990. As responsabilidades eram claramente identificadas e repousavam diretamente nas editoras comerciais. Nos últimos anos, por causa dos desafios apresentados pela digitalização, acrescentaram-se as tentativas de desacelerar, parar e até reverter os aumentos de preço das assinaturas dos periódicos, até porque os pesquisadores/autores estavam buscando outras formas de divulgar os resultados de seus estudos. “Para superar essa crise, pesquisadores de diversas partes do globo terrestre se reuniram e deram início a um grande movimento global em direção ao acesso aberto à informação científica” (LEITE, 2009, p. 7).

Nesse contexto, observa-se que o tradicional sistema de comunicação científica restringe, mais do que aumenta, a disponibilidade e a visibilidade de grande parte das pesquisas científicas (JOHNSON, 2002). Leite (2009, p. 15) adapta a figura de Brody e Harnad (2004) para demonstrar o “impacto limitado pelo acesso restrito a resultados de pesquisa”. Ver figura 01.

Figura 01 – Acesso restrito: impacto da pesquisa limitado



Fonte: Brody e Harnad (2004) com adaptações de Leite (2009, p. 15)

Observa-se que a restrição acontece devido aos poucos meios de divulgação. Neste caso, apenas em periódicos impressos. Os pesquisadores teriam acesso aos artigos científicos publicados em periódicos se suas instituições mantivessem assinatura, o que poderia impor algumas limitações a muitos pesquisadores, sem as quais eles poderiam estar pesquisando e gerando novos conhecimentos científicos e tecnológicos para beneficiar toda a sociedade.

Para Mueller (2008, p. 24), a produção científica interessa “a todas as nações e [a todos os] governos, pois pode levar à aplicação da tecnologia e à inovação de seus produtos e atividades. [...] Porque produzir conhecimento científico e tecnológico aumenta o prestígio de um país em nível internacional”.

Sendo assim, o governo deve estimular e incentivar as Instituições Federais de Ensino Superior para que seus pesquisadores se capacitem e possam produzir novos conhecimentos. Eles poderão publicar em veículos de impacto e de prestígio internacional, o que é sinônimo de certificação da pesquisa científica e acadêmica. Dessa maneira, podem-se elevar a visibilidade da produção científica e o prestígio do país, tendo em vista que as IFES estão entre as principais produtoras de pesquisa. (BOLAÑO, KOBASHI, SANTOS, 2006; MUELLER, 2007b, 2008)

Segundo Packer e Meneghini (2006, p. 237):

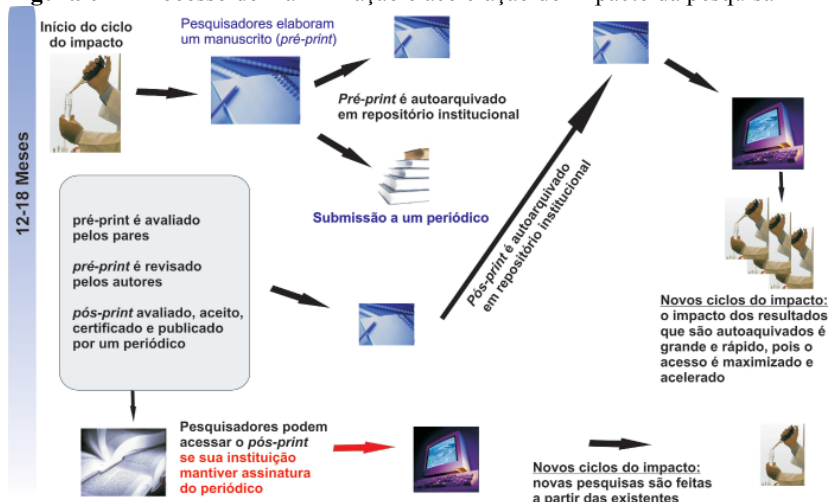
A visibilidade da produção científica de um país, de uma universidade, de uma área temática, de um grupo de pesquisa e de um pesquisador individual está relacionada diretamente com a visibilidade dos periódicos onde são publicados os resultados das suas pesquisas. Quanto mais visíveis forem os periódicos, mais visível será a produção científica neles publicada.

Por ser um meio para visibilidade e avaliação da produção científica, atualmente há certa pressão das instituições para que os pesquisadores expandam o número de publicações, mas sem perder de vista os aspectos de qualidade de tais publicações.

Para Castells (2006) e Guimarães (2000), os avanços tecnológicos eliminaram o obstáculo da distância geográfica, porquanto permitem que qualquer produção científica seja buscada em um local ou outro em poucos minutos, ou até segundos. As sociedades alcançaram extraordinário progresso científico-tecnológico, por priorizar, durante décadas, a ciência e a tecnologia, mantendo o domínio nesses campos, tanto na sua produção como na sua distribuição e comercialização.

Os resultados das pesquisas publicadas e divulgadas, ou seja, o conteúdo da produção científica, são um elemento-chave que interliga ciência e tecnologia, e são essas produções que fazem surgir novos recursos tecnológicos e informacionais, cuja utilização poderá trazer novas soluções para a sociedade. Observa-se que nos últimos anos os resultados de pesquisas publicados em meio eletrônico (principalmente nos periódicos) têm ultrapassado os impressos, mas complementando-os e não suplantando-os, como descrevem muitos autores. (ROWLANDS, 2007). Leite (2009, p. 16) adapta a figura de Brody e Harnad (2004) para demonstrar o processo de “maximização e aceleração do impacto da pesquisa”. Ver figura 02.

Figura 02 – Processo de maximização e aceleração do impacto da pesquisa



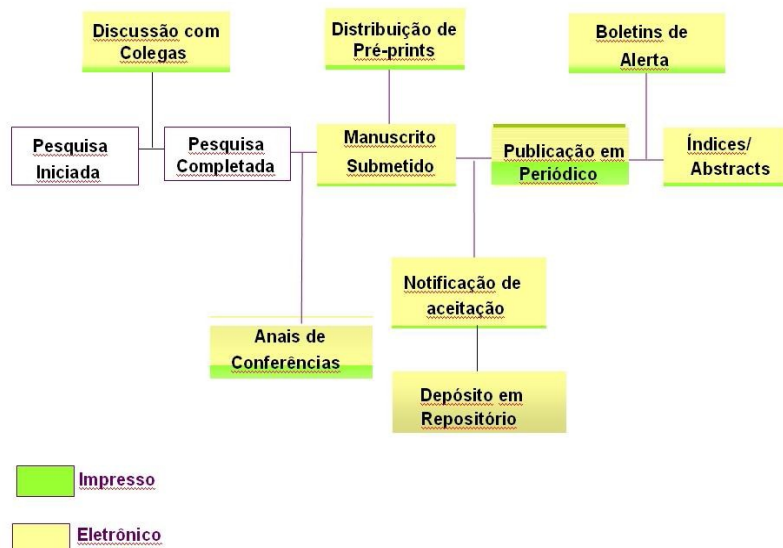
Fonte: Brody e Harnad (2004) com adaptações de Leite (2009, p. 16)

A figura mostra a expansão dos meios de divulgação, antes restritos aos periódicos impressos, agora disponíveis também em repositórios de livre acesso. Toda a sociedade tem acesso aos conteúdos das pesquisas aí depositadas, o que poderá ensejar novas descobertas científicas, e mais rapidamente do que se a informação fosse reservada.

Em tal sentido, os repositórios institucionais asseguram maior visibilidade e maior acesso às produções científicas, aumentando as possibilidades de pesquisas divulgadas serem citadas e reconhecidas nacional e internacionalmente, minimizando barreiras impostas aos sistemas tradicionais de publicação (CAFÉ; LAGE, 2002).

Leite (2009) informa que um dos meios mais eficientes de facilitar o acesso à pesquisa é torná-la disponível. Costa (2008) esclarece também que a produção científica baseada totalmente no meio impresso não existe mais. Buscando embasamento no modelo proposto por Garvey e Griffith, a autora apresenta um modelo híbrido no processo de comunicação científica, como se vê na figura 03, a seguir.

Figura 03 - Adaptação para um ambiente baseado nos meios impresso e eletrônico



Fonte: Costa (2008, p. 225)

Esse modelo mostra que publicações impressas e eletrônicas caminham juntas, mas que somente as produções científicas eletrônicas são depositadas em repositórios. Consequentemente, essas produções terão sua visibilidade ampliada e esses repositórios poderão gerir esses objetos digitais, preservando as pesquisas aí depositadas (RUMSEY, 2006).

A produção científica pode ser entendida, segundo Lara (2006, p. 407- 408), de duas maneiras:

- a) Medida do volume de livros, capítulos de livros, artigos de periódico e outras modalidades de publicações impressas, digitais ou eletrônicas, contendo os resultados da pesquisa científica de autores, instituições, regiões, países ou áreas temáticas.
- b) Em estrito senso a expressão considera a quantidade das publicações científicas, particularmente de artigos publicados em periódicos incluídos em índices

bibliográficos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Para Cunha e Cavalcante (2008, p. 294), a produção científica pode ser considerada o “volume de documentos gerados, onde se encontram registradas e disseminadas as descobertas numa área da ciência”.

Assim, para esta pesquisa, optou-se por utilizar a primeira definição de Lara (2006) e de Cunha e Cavalcante (2008), pois ambos os conceitos se afinam com o objetivo deste estudo.

A produção científica envolve diversas atividades de comunicação entre os pesquisadores: algumas atividades antecedem e outras seguem a sua publicação. Dependendo das suas características, tais atividades poderão ser chamadas de comunicação formal ou comunicação informal (MUELLER, 2007a).

A seguir, explanam-se os integrantes dos canais de comunicação formal e informal.

2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

Desde a época da tradição oral, passando pela época renascentista – criação da imprensa – até os dias atuais, o compartilhamento de informações foi e continua sendo necessário. Silva (2008, p. 25) enfatiza que “tendo esta visão, reconhece-se a necessidade de novos saberes e descobre-se que muitos tinham as mesmas dúvidas, e outros, as respostas”. Além disso, “cada geração adiciona uma quantidade crescente de tijolos ao edifício da ciência, o qual, portanto, cresce cada vez mais rapidamente” (MEADOWS, 1999, p. 14).

Por conseguinte, para a evolução da ciência e para a informação circular entre os pesquisadores e o seu público, é importante que existam os canais de comunicação e os seus integrantes – neste caso, as fontes de informação.

Araújo (1979), Garvey (1979), Le Coadic (2004), Meadows (1999) e Mueller (2007a, 2007b) classificam os canais de informação em formais e informais. Os canais formais se caracterizam por:

- a) ter caráter público;
- b) ter informações comprovadas;
- c) ser armazenados de forma permanente e recuperável;
- d) ser de existência duradoura;
- e) disseminar-se de modo uniforme;

- f) abrigar informações relativamente velhas;
- g) dirigir-se a audiências mais universais;
- h) ser transmitidos dentro de regras e padrões de apresentação de documentos;
- i) ter fluxo livre e irrestrito;
- j) depender basicamente da visão; e
- k) estar disponíveis por longo período de tempo para público amplo.

Aos canais informais, Araújo (1979), Garvey (1979), Le Coadic (2004), Meadows (1999) e Mueller (2007a, 2007b) atribuem as seguintes características:

- a) as informações são geralmente efêmeras;
- b) são de fácil acesso e têm resposta imediata;
- c) minimizam barreiras de comunicação (jargão);
- d) uma de suas formas são os contatos pessoais e as cartas;
- e) realizam-se, também, através das comunicações orais e mensagens eletrônicas;
- f) são formados pelos colégios invisíveis¹;
- g) são informações recentes;
- h) hospedam informações não comprovadas;
- i) as informações não são armazenadas;
- j) suas informações geralmente não são recuperáveis; e
- k) tratam de comunicações de caráter mais pessoal.

A utilização de maneira adequada, eficiente e eficaz dos integrantes dos canais de comunicação formal e informal é também condição relevante para que os usuários da informação possam inteirar-se do que está acontecendo em sua área profissional e/ou acadêmica. Desse modo, as fontes de informação são interligações entre o investigador e o conhecimento existente (BARROS, 2007).

Na revisão de literatura, foram buscados conceitos de fontes de informação, e observou-se que eles integram os canais de comunicação, como se vê no quadro 01.

¹ Colégios invisíveis são grupos cujos componentes se comunicam constantemente, desenvolvendo suas próprias redes e fontes de novos conhecimentos e informações. [...] Atualmente, os membros desses 'colégios' compartilham a informação por meio de correio eletrônico, telefone e reuniões privadas em congressos [...]. (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 92)

Quadro 01 – Conceitos de fontes de informação

AUTOR	CONCEITO
Manual... (1997, p.135)	As fontes de informação designam todos os tipos de meios (suportes) que contêm informações comunicáveis.
Cunha (2001, p. viii)	[...] o conceito de fonte de informação [...] pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas [...].
Pereira (2006, p. 37)	[...] origem ou procedência de uma informação com vistas a explicar algo, ou a dar informação sobre coisa, fato ou pessoa.
Cunha e Cavalcante (2008, p. 172 e 173)	<p>a) Documentos que fornecem respostas específicas. Entre suas várias espécies encontram-se: enciclopédias, dicionários, fontes biográficas, fontes estatísticas, índices, tratados e manuais específicos.</p> <p>b) Origem física da informação, ou lugar onde pode ser encontrada. Tanto pode ser pessoa, como instituição ou documento. As fontes podem ser primárias, secundárias ou terciárias, de acordo com a natureza da informação.</p>
Faria e Pericão (2008, p. 324 e 343)	<p>a) Documento original, crônica, testemunho etc., com base nos quais são tratados os elementos para determinados estudos e investigações.</p> <p>b) Lugar onde se pode localizar a informação a ser consultada. As fontes de informação podem ser constituídas por material datilografado, impresso ou audiovisual, bases de dados informatizadas, registros bibliográficos de bibliotecas, instituições e pessoas dentro e fora da biblioteca.</p>

Fonte: Adaptação da autora com base na revisão de literatura

Como se observa, os canais de comunicação subdividem-se em formais e informais. Os formais são integrados por fontes de informação formais, e os informais pelas fontes de informação informais. Além das formais e informais, Cunha (2001) apresenta as fontes de informação

abordando as fontes semiformais, cujas características permitem enquadrá-las tanto em canais formais quanto em informais. Nessa perspectiva, Blattmann (2001) ensina que os canais semiformais seriam compostos por relatórios técnico-científicos não publicados, catálogos de fornecedores, manuscritos e periódicos comerciais.

As fontes informais, compostas de comunidades orais, colégios invisíveis, contatos pessoais, mensagens eletrônicas e outros, não estão classificadas por tipos. Apenas as fontes de informação formais podem ser tipificadas, razão pela qual para esta pesquisa adotou-se a tipologia abordada por Grogan (1992), a qual classifica as fontes de informação formais em primárias, secundárias e terciárias.

As definições de Christóvão (1979), Cunha (2001), Grogan (1992) e Mueller (2007a) para fontes primárias são mostradas no quadro 02.

Quadro 02 – Conceitos de fontes primárias

AUTOR	CONCEITO
Christóvão (1979)	Guardam informações confiáveis e completas sobre determinado assunto. Exemplos: livros, relatórios, artigos de periódicos, teses e dissertações.
Grogan (1992)	Guardam, essencialmente, informações ou interpretações novas de ideias e fatos transcorridos, podendo ser descritivas ou terem o aspecto de registros de informações. Dispersas e desorganizadas em sua produção, divulgação e controle, são difíceis de serem identificadas e localizadas.
Cunha (2001)	Novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos. Por exemplo: congressos e conferências, leis, atos administrativos, nomes e marcas, normas técnicas, patentes, periódicos, projetos e pesquisas em andamento, relatórios técnicos, teses e dissertações.
Mueller (2007a, p. 31)	São geralmente aqueles produzidos com a participação direta do autor da pesquisa. [...], como relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, normas técnicas e artigos científicos.

Fonte: Adaptação da autora com base na revisão de literatura

Dos conceitos abordados, pode-se inferir que fontes primárias estão diluídas e dispersas, pois estão no final da fase de produção. Ainda não condensadas, essas fontes geralmente trazem conteúdo novo de determinada área ou de determinado tema. O usuário costuma ler a fonte primária no todo, completa. Para este estudo, consideram-se como fontes primárias: relatórios de pesquisa, artigos de periódicos, patentes, teses e dissertações, anotações de pesquisa, catálogo de fabricantes, jornais, fotografias, *pré-prints*² e *pós-prints*³, entre outros. Essa será a definição utilizada neste estudo.

Para as fontes secundárias, as definições de Christóvão (1979), Cunha (2001), Grogan (1992) e Mueller (2007a) são mostradas no quadro 03.

Quadro 03 – Conceitos de fontes secundárias

AUTOR	CONCEITO
Christóvão (1979)	As informações nessas fontes são superficiais, pois servem apenas para facilitar o uso e a consulta a determinados documentos. Exemplo: manuais, dicionários, anuários, enciclopédias e outros.
Grogan (1992)	Guardam informações sobre as fontes primárias e são arranjadas segundo um plano definido; organizadoras das fontes primárias, guiam o leitor para encontrá-las.
Cunha (2001)	Guardam informações sobre os documentos primários e guiam o leitor para encontrá-los. Exemplo: bases de dados, bancos de dados, bibliografias, biografias, catálogos de bibliotecas e outros.
Mueller (2007a, p. 31)	Sua função é facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias. As fontes secundárias apresentam a informação filtrada e organizada em arranjo definido para cada finalidade. Por exemplo: enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões de literatura, tratados, anuários e outras.

Fonte: Adaptação da autora com base na revisão de literatura

² *Pré-print*: versão do artigo submetida à revista, antes do processo de revisão por pares (KURAMOTO, 2009, p. 209).

³ *Pós-print*: artigo publicado na revista, ou seja, o *pré-print* revisado por pares e publicado na revista (KURAMOTO, 2009, p. 210).

Os conceitos de fontes secundárias nos conduzem a inferir que esta é a fase de condensação, pois suas informações são agrupadas e aglomeradas. O usuário em geral não lê uma fonte secundária no todo, mas a usa como guia ou informação de algo, podendo também chegar a uma fonte primária. Para esta pesquisa, serão consideradas fontes secundárias: enciclopédias, dicionários, glossários, obras de referência, manuais, normas técnicas, bases de dados, anuários, repositórios e outros.

E para as fontes consideradas terciárias, Christóvão (1979), Cunha (2001), Grogan (1992) e Mueller (2007a) apresentam suas definições no quadro 04.

Quadro 04 – Conceitos de fontes terciárias

AUTOR	CONCEITO
Christóvão (1979)	São aquelas que remetem para fontes primárias e secundárias. Exemplo: bibliografias, catálogos e outros.
Grogan (1992)	Servem de auxílio ao usuário na busca de fontes primárias e secundárias; geralmente não trazem conhecimento ou assunto como um todo, servindo, basicamente, de indicadores das fontes primárias e secundárias. Trazem informações factuais.
Cunha (2001)	São sinalizadores de localização ou indicadores de documentos primários e secundários. Exemplos: bibliografias de bibliografias, bibliotecas, centros de informação e diretórios.
Mueller (2007a, p. 31)	São aquelas que têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias. São as bibliografias, os serviços de indexação, os catálogos coletivos, os guias de literatura, os diretórios e outros.

Fonte: Adaptação da autora com base na revisão de literatura

Dos conceitos abordados para fontes terciárias, infere-se que essa é a fase de controle e divulgação das informações, pois essas fontes guardam informações especializadas. Geralmente, o usuário não lê uma fonte terciária no todo; ela apenas vai guiá-lo para fontes de informações

secundárias, podendo remetê-lo também a uma fonte primária. Para esta pesquisa, serão consideradas fontes terciárias catálogos de bibliotecas, guias, bibliografias e catálogos coletivos, entre outros.

Silva e Waltrick (2006), além da tipologia apresentada por Grogan (1992), subdividiram também as fontes de informações formais em:

- a) fontes de informação tradicionais: são as fontes impressas; e
- b) novas fontes de informação: estão subdivididas em eletrônicas e multimídia.

Com o desenvolvimento tecnológico e o surgimento das novas fontes de informação, foi preciso administrar conteúdos digitais, oferecer serviços e produtos e disponibilizá-los com qualidade à comunidade. Os repositórios cumprem esse objetivo.

A seguir, explanam-se os repositórios institucionais, fontes secundárias de informação imprescindíveis à visibilidade e à divulgação de diversas outras fontes informacionais.

2.3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

No final do século XX, aumentou significativamente o desenvolvimento de projetos que visam a contribuir para o movimento do depósito da produção acadêmica e de pesquisas sobre acesso aberto, tanto nacional quanto internacionalmente. Esse movimento, de iniciativa das instituições financiadoras de pesquisa, tem por propósito criar alternativas ao paradigma do “pagamento” para ter acesso à informação (BARRUECO CRUZ, 2010).

Harnad et al. (2004); Mardero Arellano (2010) e Brown (2010) sugeriram caminhos para colocar a produção científica à disposição da comunidade:

- a) Via Dourada: os próprios periódicos científicos fomentam o acesso aberto de modo que os artigos possam ser acessados e utilizados sem limitações, ou seja, eliminam-se as barreiras de “preço”, revistas de acesso livre.
- b) Via Verde: os próprios autores fazem o autoarquivamento de sua produção científica nos repositórios digitais em acesso aberto, em especial nos institucionais. Nessa via, os editores científicos apoiam a iniciativa do autoarquivamento: além de eliminar as barreiras de “preço”, eliminam-se as barreiras de permissão.

- c) Via Azul: o autoarquivamento torna-se obrigatório quando há agências financiando as pesquisas.
- d) Via Cinza: há o autoarquivamento em sites do próprio autor no qual se permite o acesso livre. Por exemplo: pesquisadores confiáveis criam seus próprios sites e blogs e usam para comunicar e compartilhar as suas últimas ideias, opiniões e resultados de pesquisas para a sociedade.

As iniciativas de implantação de repositórios digitais surgem na década de 1990. O *Los Alamos National Laboratory* (LANL) *Physics Archive*, atual ArXiv, fundado em 1991 pelo físico Dr. Paul Ginsparg, no Novo México, foi um dos precursores em repositórios digitais (BROWN, 2010).

Brown (2010), Swan (2008), Van Weijndhoven; Van Der Graaf (2008) e Weenink; Waaijers; Van Godtsenhoven (2008) classificam os repositórios digitais em três categorias, descritas a seguir.

a) Repositórios temáticos ou disciplinares: englobando a produção intelectual de áreas de conhecimento específicas, são direcionados a determinadas comunidades científicas. Exemplos: arXiv, para a Matemática e a Física, e PubMed Central, para a Biomédica;

b) Repositórios de teses e dissertações: direcionados para englobar fontes primárias de informação, exclusivamente teses e dissertações. Geralmente a coleta é centralizada por um agregador. Exemplo: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);

c) Repositórios institucionais: englobam a produção científica de determinada instituição, mais comumente institutos de pesquisa e universidades. Hospedam geralmente uma coleção de documentos de pesquisa (*pré-prints* e *pós-prints*), embora possam incluir relatórios técnicos, manuscritos, dados, vídeos e imagens, além de conter dados administrativos de apoio à instituição, como arquivo local de documentação, teses, dissertações, livros e outros. Exemplo: Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia.

Repositórios institucionais também podem ser definidos como um sistema de informação que “reúne, preserva, divulga e permite o acesso à produção intelectual e acadêmica das Comunidades Universitárias, [...] [representando] uma ferramenta-chave no sistema político, científico e acadêmico da universidade” (BUSTOS-GONZALEZ; FERNANDEZ-PORCEL; JOHNSON, 2007, p. 7, tradução nossa).

Nesse sentido, Wulff (2008, p. 234, tradução nossa) lembra que os repositórios institucionais são criados para a preservação digital e o acesso permanente, além de “reunir as informações numéricas, desenvolver padrões e metadados, compartilhar dados e informações científicas e construir novos modelos em redes para facilitar o acesso”.

Márdero Arellano (2010, p. 18) amplia o conceito de RI, não delimitando os repositórios às universidades, mas vendo-os como “arquivos digitais de produtos intelectuais de caráter acadêmico acessíveis aos usuários, interoperáveis e respaldados por alguma instituição que garanta sua conservação a longo prazo” com o objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento. Essa será a definição de RI a ser utilizada na presente pesquisa, porquanto volta seu foco para os repositórios de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, o que inclui universidades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica.

Para Curty et al. (2009, p. 2), os repositórios institucionais objetivam identificar conteúdos científicos dispersos e permitir “acesso a toda a produção intelectual, proporcionando aos pesquisadores maior visibilidade científica e rapidez nas informações produzidas em seu ambiente”.

O que distingue os repositórios institucionais de outros repositórios são suas particularidades, como, por exemplo (CROW, 2002):

- a) são científicos ou academicamente orientados;
- b) são institucionalmente definidos;
- c) focam a comunidade;
- d) são abertos e interoperáveis;
- e) não são efêmeros;
- f) guardam conteúdos em texto completo e em formato digital; e
- g) guardam conteúdos prontos para serem disseminados.

As instituições de ensino no Brasil são estimuladas a criar repositórios através de iniciativas como a Declaração de Salvador e a Carta de São Paulo, de 2005, e a Declaração de Florianópolis, de 2006.

Além dessas iniciativas, foi aprovado pela Câmara em 16 de maio de 2007 o Projeto de Lei nº 1.120, de autoria do deputado federal Rodrigo Rollemberg, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências, no entanto esta iniciativa foi arquivada. (BRASIL, 2011c). Após o ocorrido

[...] As esperanças se renovaram no dia 05/07/2011 com o [agora] senador Rodrigo Rollemberg que apresentou um novo projeto de mandato aderente à via Verde do Open Access à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. O projeto de lei recebeu a denominação: PLS 387/2011. (ESPERANÇA..., 2011, p.01)

Em resumo, o PLS 387/2011 orienta as instituições de ensino superior públicas e as unidades de pesquisa a construir seus próprios repositórios institucionais para receber toda a produção técnico-científica conclusiva do corpo discente, com grau de aprovação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; a produção técnico-científica conclusiva do corpo docente dos níveis de graduação e pós-graduação; além da produção técnico-científica resultante de trabalhos de seus pesquisadores e professores, financiados com recursos públicos, para acesso livre na rede mundial de computadores, a internet. (BRASIL, 2011c).

Outra iniciativa, de 2009, foi o edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que teve o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) como executor. Tal parceria pretende apoiar projetos de implementação de repositórios nas instituições de ensino e pesquisa. (IBICT, 2011a).

Salienta-se que primeiramente houve o Edital FINEP/PCAL/XBDB nº 001/2009 que foi revogado com o objetivo de fazer adequações “de forma a atender os objetivos dos projetos PCAL e XBDB e, desta forma, ampliar o número de instituições elegíveis, foi revogado, no dia 17 de abril de 2009, o referido edital.” (IBICT, 2011b, p. 01), subsequentemente foi lançado o Edital Finep PCAL/XBDB nº 002/2009. Ainda em 2009 lançou-se o terceiro edital FINEP/PCAL/XBDB Nº 003/2009, a fim de incluir outras instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino e pesquisa no país, este edital teve o lançamento da chamada no DOU e na página do IBICT em abril de 2010. (IBICT, 2011c)

É premente a necessidade de estudos diversificados na área, para que a comunidade científica possa utilizar eficazmente os repositórios. Para Curty et al. (2009. p. 12):

A exigência da expansão dos repositórios institucionais no âmbito acadêmico no território nacional requer discussões mais aprofundadas

sobre a temática e a troca de experiências entre instituições que já os implantaram como ferramenta de armazenagem, recuperação e disseminação de informações científicas.

Está clara a importância de disponibilizar as políticas dos repositórios aos usuários, para compartilhar as informações e todos poderem usufruí-las da melhor maneira possível. Tomaél e Silva (2007, p. 12) salientam que “qualquer instituição depende das políticas de informação adotadas, cujas diretrizes [também] norteiam as ações dos gestores desse sistema.”

Nesse contexto, é essencial analisar as fontes de informação necessárias na política de conteúdos digitais de um repositório “para que as melhores práticas sejam compartilhadas e os esforços sejam minimizados” (CURTY et al., 2009, p. 12).

A seguir, explicam-se os benefícios que o RI poderá proporcionar a pesquisadores, administradores e diretores de instituições de pesquisa, bibliotecários, docentes e reitores, enfim, às instituições como um todo e à comunidade em geral. Optou-se por elencar os benefícios potenciais de um repositório institucional seguindo a ideia adotada pela Universidade de Manchester (2011, tradução nossa), que diferencia os benefícios existentes em quatro níveis, discriminados a seguir.

a) Benefícios para o pesquisador acadêmico:

- 01) Aumenta a visibilidade dos resultados da pesquisa, tendo em vista a facilidade de organização, recuperação e divulgação da informação;
- 02) Facilita o gerenciamento de suas publicações, muitas vezes disponíveis no seu *site* pessoal e/ou *site* das próprias instituições;
- 03) Oferece um lugar seguro onde suas pesquisas são permanentemente armazenadas, sejam elas arquivo em PDF de artigo de jornal, documento em arquivo Microsoft Word de relatório técnico, arquivo do Microsoft PowerPoint de cartaz de conferência, arquivo JPEG de fotografia, arquivo de áudio de apresentação musical ou arquivo de vídeo de um discurso;
- 04) Mantém um endereço de *web* simples para que os trabalhos científicos possam ser citados em pesquisas futuras;

- 05) Facilita o acesso aos materiais anteriormente disponíveis que estavam apenas em versão impressa, como, por exemplo, teses e dissertações;
 - 06) Oferece aos pesquisadores indicadores de impacto;
 - 07) Oferece novas oportunidades para a publicação da literatura cinzenta;
 - 08) Incentiva outros pesquisadores a também depositar seus textos, para que se possa facilmente encontrar e ler a pesquisa de colegas e de outros autores;
 - 09) Facilita a busca de materiais recentes de pesquisa;
 - 10) Para os que trabalham numa área em constante transformação, como por exemplo Ciência da Computação ou Eletrônica, permite a divulgação ágil de conclusões de pesquisa, o que poderia mais rapidamente estabelecer novas descobertas;
 - 11) Oferece um lugar seguro, com *backup*, para armazenar seus trabalhos acadêmicos;
 - 12) Oferece um único ponto de referência organizado para seus trabalhos, acessível vinte e quatro horas por dia, legível a partir de qualquer dispositivo *web*, seja no trabalho ou em casa, enquanto estiver no exterior, numa conferência etc.;
 - 13) Reduz a carga de trabalho associada à gestão de portfólios de pesquisas;
 - 14) Melhora a compreensão dos direitos de autor, tornando-o consciente de seus direitos e maximizando o retorno de seus esforços;
 - 15) Supre as demandas dos órgãos de fomento no que diz respeito à difusão de seus resultados de pesquisa e garante que se possam solicitar novos pedidos de financiamento.
- b) Benefícios para os administradores e diretores de instituições de pesquisa, bibliotecários, docentes e reitores:
- 01) Provê novas oportunidades para arquivamento e preservação das obras digitais;
 - 02) Provê relatórios significativos sobre os trabalhos acadêmicos, o que pode funcionar como termômetro das atividades de pesquisa em determinada área, ajudando a identificar tendências e contribuir para subsidiar os gestores envolvidos no planejamento estratégico;

- 03) Provê mensagens de alerta em tempo real das últimas submissões, o que poderá aumentar a agilidade na resposta das funções de apoio e das gerências;
- 04) Facilita as pesquisas interdisciplinares, através da catalogação de trabalhos acadêmicos de acordo com o material em questão e não apenas com a filiação do autor;
- 05) Reduz a duplicação de registros e a inconsistências da mesma obra em várias instâncias;
- 06) Reduz algumas atividades de gerenciamento de coleções digitais, automatizando tarefas comuns e coleta de informações de outras fontes.

c) Benefícios para a universidade e seus componentes:

- 01) Demonstra aos seus usuários, em especial à comunidade acadêmica, que os indivíduos e seus trabalhos são valorizados;
- 02) Provê um ponto de referência para trabalhos acadêmicos que podem interoperar com outros sistemas e maximizar a eficiência entre si, compartilhando informações;
- 03) Aumenta a visibilidade, a reputação e o prestígio da instituição;
- 04) Aumenta a exatidão e a integralidade de registro das pesquisas para as instituições;
- 05) Facilita a gestão dos direitos de propriedade intelectual de uma instituição por meio da sensibilização das questões de direitos autorais;
- 06) Provê recurso de informação que serve como ferramenta de marketing para divulgar como a instituição está fazendo a diferença, o que poderá atrair professores, estudantes e financiamentos;
- 07) Serve como um instrumento de apoio à auditoria externa e internamente, orientando as atividades de investigação, como revisões anuais e outros;
- 08) Oferece maior flexibilidade e integração de mecanismos de divulgação das pesquisas com mais segurança e preservação de materiais digitais;
- 09) Contribui para a missão e os valores da instituição, em termos de transparência, liberdade de expressão e igualdade para todos.

d) Benefícios para a comunidade em geral:

- 01) Contribui para colaborar na investigação de informação, facilitando a livre troca de informações acadêmicas;
- 02) Contribui para que a sociedade compreenda os esforços alocados para a pesquisa e as atividades desenvolvidas;
- 03) Reduz custos associados com assinaturas de periódicos científicos, permitindo realocá-los.

Com todos esses benefícios proporcionados pelos repositórios institucionais, torna-se necessário estabelecer políticas para sua implantação, sua gestão e seu funcionamento, para que sejam efetivadas e concretizadas as vantagens previstas pela Universidade de Manchester (2011). As políticas do repositório devem estar disponíveis para os usuários, em local de fácil visualização, de preferência no próprio repositório. Para Leite (2009), as políticas asseguram o funcionamento dos repositórios de maneira eficiente e eficaz. Para Tomaél e Silva (2007, p. 4 e 5):

A política, baseada na cultura da instituição, deve prever aspectos relativos a: a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; b) conteúdo proposto e implementado; c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; d) padrões; e) diretrizes para preservação digital; f) política e níveis de acesso; g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

Para Leite (2009), as políticas de funcionamento dos repositórios devem ser compostas de:

- a) Política de depósito compulsório;
- b) Política de desenvolvimento de coleções;
- c) Política de direitos autorais;
- d) Política de preservação digital;
- e) Política de informação;
- f) Política de gestão de informação em ambiente digital;
- g) Política de submissão;
- h) Política de metadados;
- i) Política de autoarquivamento; e
- j) Política de conteúdos.

Todas essas políticas podem compor uma ampla política de repositório institucional para auxiliar nas tomadas de decisões durante o seu planejamento, sua implementação e sua gestão. Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 4), “de modo geral, e independentemente do ambiente e do âmbito, uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais”.

O êxito de um repositório institucional está intimamente relacionado à quantidade e à qualidade do conteúdo depositado. Para atrair conteúdo aos RIs, é relevante que principalmente os administradores tomem iniciativas, sejam proativos e criem políticas, o que despende grande esforço para obter resultados expressivos.

Para Gibbons (2004), o conteúdo de um RI divulgará as pesquisas desenvolvidas, os conhecimentos e até mesmo o interesse de uma instituição; neste caso, das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. Salienta-se que os proprietários dos direitos autorais de conteúdo são os autores, que realizam autoarquivamento e depósito das fontes de informação e que também podem ser membros da própria comunidade acadêmica.

De acordo com Leite (2009, p. 30), “é mais seguro iniciar o projeto com uma política de conteúdos mais restritiva e, gradativamente, flexibilizá-la até o ponto que for conveniente à instituição, do que iniciar flexível e ter de se tornar rígida com o passar do tempo”.

Na elaboração de políticas de conteúdo, deve-se incluir a descrição dos tipos de materiais que serão aceitos e armazenados no repositório, assim como descrever quais os formatos de arquivo (doc, gif, html, jpg/jpeg, mpeg, pdf e outros) serão aceitos e como as coleções serão organizadas. Além disso, salienta-se o fato de que se deve mencionar como as diferentes fontes de informação deverão ser gerenciadas dentro do RI, incluindo os procedimentos nos casos de exclusão de fontes de informação, pois cada documento possui características próprias (LEITE, 2009).

Tomaél e Silva (2007, p. 6) destacam que a implantação de repositórios institucionais é

[...] o reconhecimento [de] que a vida intelectual e acadêmica de universidades será progressivamente representada, documentada e compartilhada de forma digital. Antes de tudo, o conteúdo de um repositório institucional destina-

se ao compartilhamento. O acesso pode diversificar em grandes proporções, assumindo vários níveis, desde o acesso limitado aos membros de um mesmo departamento, até o que alcança pesquisadores do mundo inteiro. Os repositórios institucionais convivem com diversos recursos que disseminam a comunicação acadêmica digital, representada por uma tipologia múltipla de conteúdos.

Nesse sentido, é relevante que estudos sejam desenvolvidos, principalmente na área de políticas de conteúdo, para saber o que as Instituições Federais de Ensino Superior estão depositando em seus repositórios tendo em vista as necessidades brasileiras.

Tomaél e Silva (2007) realizaram um levantamento na literatura e discriminaram os conteúdos provenientes de pesquisas e experiências, arrolados por três autores. No quadro 05, a seguir, será possível observar que estão sendo depositadas nos repositórios institucionais fontes de informação científicas, burocráticas, de recursos multimídia e didáticas.

Quadro 05 – Descrição de conteúdos arrolados nos repositórios institucionais

Gibbons (2004)	Genoni (2004)	Westell (2006)
Áudio	Boletins informativos	Artigos avaliados
Conjunto de dados	Documentos de arquivo	Conjunto de dados
Coleções de portfólios	Dissertações e teses	Dissertações e teses
<i>Eprints</i>	<i>Newsletters</i>	Literatura científica
Imagens	Papelada burocrática	Materiais de apoio
Livros	Relatórios técnicos de pesquisa	Materiais didáticos
Texto	Relatórios apresentados a agências de fomento	Monografias
Vídeos	<i>Pré-prints</i>	<i>Pré-prints</i>
Objetos de estudo	Trabalhos apresentados em eventos	Trabalhos apresentados em eventos
Periódicos	Informativos de departamentos	

Fonte: Tomaél e Silva (2007) com adaptações da autora

Observa-se no quadro 05 a distinção de algumas fontes de informação alocadas para um repositório institucional. Vem daí a relevância de criar políticas de conteúdos, porque os “repositórios institucionais necessitam, inicialmente, para garantir o seu povoamento, de políticas institucionais de informação” (KURAMOTO, 2009, p. 216).

Salienta-se novamente a relevância desta pesquisa, pois é justamente com as fontes de informação nos RIs que as Instituições Federais de Ensino no país poderão dar mais transparência aos recursos financeiros alocados para o desenvolvimento da ciência.

A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos e compreender o estudo, caracterizou-se a pesquisa delineando sua natureza, sua forma de estudo e seu tipo. Em seguida, delineou-se: universo, população e amostra e os procedimentos utilizados na análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Pesquisa é toda a atividade desenvolvida para resolver questões e problemas; é considerada atividade de busca, investigação, inquirição da realidade e indagação em prol de soluções; é a atividade que possibilita, no âmbito da ciência, criar conhecimentos que auxiliem no entendimento da realidade ou possam orientar as ações tomadas pelos pesquisadores e pela própria sociedade, tendo por base procedimentos racionais e sistemáticos. (GIL, 2007; MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2008; PÁDUA, 2009; SILVA; MENEZES, 2005)

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada. Optou-se aqui por desenvolver uma pesquisa básica, que, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Conforme o objeto de estudo da pesquisa, pode-se classificá-la como descritiva, experimental e pesquisa-ação (BARROS; LEHFELD, 2001). Neste estudo, adotou-se a pesquisa descritiva.

Na pesquisa descritiva, o pesquisador descreve o objeto de estudo, delineando-o (BARROS; LEHFELD, 2001). Ele aborda aspectos como “descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 20).

Segundo Barros e Lehfeld (2001, p. 70), a “pesquisa descritiva engloba dois tipos: pesquisa documental e/ou bibliográfica e a pesquisa de campo”.

Em tal sentido, desenvolveu-se uma pesquisa documental apoiada na pesquisa bibliográfica para contextualizar o tema.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, pode “ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica”, pois se investiga o que já foi publicado em revistas, livros e outras fontes informacionais sobre o assunto a ser pesquisado para que o investigador conheça o que já foi escrito e possa fundamentar sua futura pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A investigação foi também de cunho qualitativo, ou seja, levou em conta não apenas a quantidade mas também a qualidade e a confiabilidade dos dados obtidos.

A pesquisa qualitativa é o método usado para buscar informações através de um número limitado, porém representativo, de elementos amostrais, tornando possível obter “opiniões em profundidade e detalhamento das razões para determinadas posições assumidas”. (ARRUDA; CHAGAS, 2002, p. 160)

As pesquisas qualitativas fundam-se em dados coletados nas interações e na coparticipação das situações dos informantes, tudo analisado com base na significação que eles dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta. (CHIZZOTTI, 2001, p. 52).

3.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA

As instituições federais de ensino superior foram criadas para atuar como motor de desenvolvimento do país, contribuindo para os requisitos de transformação da sociedade. São algumas das funções das IFES: pesquisa, profissionalização e extensão, ensino e prestação de serviços à comunidade.

Machado (2011, p. 1) salienta que, para o pesquisador, “o bom andamento de sua pesquisa depende [...] do acesso a informações e a trabalhos de outros colegas. Quanto maior a possibilidade de acesso e intercâmbio, melhor será a qualidade de sua pesquisa”. E justifica:

As universidades são grandes produtoras de conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e histórico. Para aqueles que produzem ou contribuem para a produção desse conhecimento, é fundamental que este seja divulgado, difundido e alcance impacto e reconhecimento. Para a universidade, é importante também mostrar o que produz, seja para demonstrar a competência de seus quadros ou até para justificar o emprego de recursos públicos em tais pesquisas. Para docentes, pesquisadores e estudantes, interessa a facilidade do acesso à produção intelectual, ao material didático e aos resultados de pesquisas.

As informações a que se refere Machado (2011) podem ser expandidas além das universidades, pois cabem nesse universo todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

Nesse sentido, decidiu-se que para o desenvolvimento desta pesquisa será considerado e analisado o universo das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, tendo em vista que as pesquisas científicas realizadas nessas instituições visam também à contínua melhoria dos produtos e dos serviços, tanto para o público interno, sejam eles professores, pesquisadores, servidores e alunos, quanto para seu público externo, neste caso a comunidade em geral. As políticas de conteúdo refletem diretamente naquilo que se armazena nos repositórios dessas instituições.

Segundo Brasil (2011a, 2011b), o Brasil conta com 97 IFES, das quais 57 são universidades federais (UFs); 38 são institutos federais (IFs); e 2 são centros federais de educação tecnológica (CEFETs).

Convém lembrar que essas 57 UFs estão dispersas por todo o território nacional, e que esse número se deve à exclusão de universidades que se repetem. Por exemplo: a UF do Vale do São Francisco aparece duas vezes nas informações do Brasil, uma após a UF do Triângulo Mineiro e outra após a UF da Integração Latino-Americana. Salienta-se ainda que não constam nas informações do Brasil (2011a) a UF Rural do Semi-Árido e a UF da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. Por isso, essas duas universidades não integraram o universo da pesquisa.

Em relação aos institutos federais, chegou-se ao total de 38 porque os CEFETs se transformaram em IFs, pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, à exceção do CEFET-MG e do CEFET-RJ, que pleiteiam sua transformação em universidades tecnológicas.

Já a população da pesquisa foi constituída das instituições federais de ensino superior que mantêm repositórios. A investigação foi desenvolvida por amostragem, pois conforme Barros e Lehfeld (2001, p.57), “[...] a observação completa de um fenômeno comumente envolve uma massa tão grande de dados que dificultaria e prolongaria muito a análise, [...] o uso da amostra possibilita um trabalho científico mais adequado”.

Salienta-se que, neste caso, a amostra da investigação foi intencional constituindo-se todas as instituições federais de ensino

superior que mantêm repositórios com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários.

Os dados da população e da amostra foram coletados da seguinte forma:

- a) Realizou-se pesquisas nos mecanismos de buscas dos sites das IFES e nos sites de suas bibliotecas. Os termos pesquisados foram: repositório(s) e política(s) de repositório(s). Naqueles mecanismos de busca que permitiam apenas vinte (20) caracteres buscou-se: repositório(s) e política repositório;
- b) Nas IFES que apresentavam repositórios, fez-se buscas também pelo termo política(s) de repositório(s) no próprio repositório;
- c) Nos que apresentavam resultados de buscas, analisava-se os vinte (20) primeiros resultados;
- d) Nos repositórios que continham políticas, foram feitos *downloads* dessas políticas para análise.

Salienta-se que a coleta de dados para a definição da população e da amostra foram realizadas nos seguintes períodos:

- a) Região Sul: 7 e 8 de junho de 2011;
- b) Região Centro-Oeste: 09 de junho de 2011;
- c) Região Norte: 10 de junho de 2011;
- d) Região Nordeste: 13 de junho de 2011;
- e) Região Sudeste: 14 e 15 de junho de 2011.

Dessa maneira, definiu-se a população, constituída por vinte e três (23) instituições que possuem repositórios, e a amostra, constituída de sete (7) instituições que possuem repositórios com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários.

Depois de definida a amostra, foi feita uma exploração nos repositórios que possuíam políticas, a fim de coletar dados para a pesquisa. Essa coleta foi realizada no dia 29 de junho de 2011.

Para o tratamento dos dados coletados nas políticas dos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior do Brasil, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, pois segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2008), uma das funções dessa técnica é descobrir o que está por trás do conteúdo dos documentos. Bardin (2010, p. 40) complementa que a análise de conteúdo “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”.

A análise de conteúdo envolveu as seguintes fases, conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2008) e Bardin (2010):

- a) Primeira fase: considerada também como pré-análise, teve por objetivo buscar e organizar as políticas dos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior do Brasil. Foi essencial ler previamente suas políticas para conhecer sua estrutura, descobrir orientações para a análise e também registrar as impressões sobre o conteúdo e o documento;
- b) Segunda fase: é a aplicação propriamente dita do que foi estabelecido na primeira fase. Foi a fase mais longa, porque demandou repetidas leituras da mesma política. Pode-se dizer que foi a fase de exploração do material;
- c) Terceira fase: aqui, desvendou-se o conteúdo subjacente das políticas. Sem excluir as informações estatísticas, foram buscadas tendências e outras determinações características das políticas, ou seja, foram feitos o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados obtidos, devidamente pautados na revisão de literatura e na reflexão da pesquisadora.

Destaca-se que foi solicitada permissão via e-mail, conforme o modelo apresentado no apêndice A, para os responsáveis pelos repositórios institucionais que possuíam políticas disponibilizadas aos usuários para que os nomes das IFES e de seus RIs fossem divulgados nesta pesquisa e todas as solicitações foram autorizadas entre os dias 28 de julho de 2011 e 18 de agosto de 2011. Isso foi feito apesar de todos os dados estarem disponíveis ao público, pois infere-se que toda pesquisa deva primar o aspecto ético e profissional dos envolvidos.

3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

O objeto de estudo desta pesquisa delimita-se às políticas e aos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior no Brasil. Observa-se que não foram estudadas as instituições públicas que não eram federais, isto é, as estaduais e municipais, e também não foram estudados os repositórios das instituições privadas de ensino superior. Não foram analisados, por exemplo, portais, bibliotecas digitais e bases

de dados das instituições federais de ensino superior. Também não foram objeto de estudo os documentos que compõem os repositórios, isto é, manuais, panfletos e informações sobre o uso do repositório.

Observa-se que não era foco do estudo temas que envolvam direta ou indiretamente os repositórios, como direitos autorais, visibilidade da produção científica desses repositórios, *softwares* utilizados, *creative commons*, *copyleft* entre outros assuntos que poderiam ser abordados. Por esse motivo, não foram feitas as contextualizações teóricas sobre esses temas ou mesmo discutiu-se esses assuntos nas apresentações dos resultados.

No capítulo a seguir, são apresentados os resultados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresentará os resultados e a discussão dos dados da pesquisa, que serão apresentados em forma de tabelas, quadros e gráficos.

4.1 INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) E SEUS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS (RIs)

No Brasil, segundo dados do Ministério da Educação, há 97 instituições federais de ensino superior. Desse total, 17 pertencem à região Sul do país, 30 à região Sudeste, 16 à região Norte, 24 à região Nordeste e 10 à região Centro-Oeste. (BRASIL, 2011a,b)

A região com porcentagem maior de IFES é a Sudeste, com 30,90%. Essa região compreende os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A região Sudeste não é muito extensa, ocupa 11% do território nacional e possui menos de um milhão de quilômetros quadrados de área total, mas apresenta um alto índice populacional. (IBGE, 2011). Salienta-se que as instituições pertencem à região em que possuem sede, no caso, a Reitoria.

Devido ao seu alto índice populacional, na região Sudeste torna-se necessário a existência de um número maior de IFES para que toda a população possa ter acesso à educação gratuita e de qualidade.

A segunda maior região em número de instituições federais de ensino superior é a Nordeste, composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; seguida das regiões Sul, composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e Norte, composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins.

A região com menos IFES é a Centro-Oeste, com apenas 10,30% das instituições, sendo composta dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal, onde fica Brasília, a capital do país. A região Centro-Oeste possui uma extensa superfície territorial. No entanto, é a região menos populosa do Brasil e possui a segunda menor densidade populacional, perdendo apenas para a região Norte. Apresenta condições que fazem dela a região com o menor número de IFES do país, como, por exemplo, apresentar poucas concentrações urbanas e grandes vazios populacionais. (IBGE, 2011).

Das 97 instituições federais de ensino superior brasileiras, 23 possuem repositórios institucionais, sendo que todas estas 23 são universidades federais. Não se localizou nenhum instituto federal ou

centro federal de educação tecnológica com repositório institucional implantado, foram observadas apenas ações isoladas de alguns *campi* que, por sua vez, não chegavam a constituir repositórios institucionais.

Melero et. al. (2009) destacam o estudo que Kennan e Kingsley realizaram para verificar a situação dos repositórios das universidades australianas em 2009. Chama-se atenção ao fato de que das 38 universidades pesquisadas eles conseguiram obter respostas de 37, e que deste total 32 já possuíam repositórios, ou seja, 84,2%. Este total foi considerado alto a nível australiano por Kennan e Kingsley (2009).

No Brasil pode-se considerar incipiente, mas em constante crescimento, o número de IFES (não somente universidades como no caso australiano) tendo em vista que apenas 23,71% possuem repositórios institucionais.

Elaborou-se, para melhor identificação, quadros das IFES por região e os seus respectivos repositórios com seus endereços eletrônicos. Ver quadro 06 a 10.

Observou-se que das 23 IFES que possuem repositórios implantados, 6 encontram-se nas regiões Sul e Nordeste, respectivamente. A região Sudeste ficou na segunda posição, com 5 repositórios, seguida pelas regiões Centro-Oeste, com 4, e Norte, com apenas 2.

Com o desenvolvimento de projetos que contribuem para o movimento do depósito da produção acadêmica e de pesquisas sobre acesso aberto, tanto nacional quanto internacionalmente, percebe-se que a tendência é que instituições que ainda não possuem RIs estudem possibilidades de implantação.

Nota-se que os 26,07% de repositórios implantados na região Sul, três encontram-se no estado do Rio Grande do Sul, dois no Paraná e apenas um repositório em Santa Catarina. (ver quadro 06)

Quadro 06 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Sul

Região		IFES		IFES com RIs	Endereço eletrônico dos RIs
S U L	P R	CEFET			
		IFs	IF do Paraná		
		UFs	UF da Integração Latino-Americana UF do Paraná Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UF do Paraná Universidade Tecnológica Federal do Paraná	http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/ http://riut.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf
	R S	CEFET			
		IFs	IF do Rio Grande do Sul IF Farroupilha IF Sul Rio-Grandense		
		UFs	UF de Ciências da Saúde de Porto Alegre UF de Pelotas UF de Santa Maria UF do Pampa UF do Rio Grande UF do Rio Grande do Sul	UF de Pelotas UF do Rio Grande UF do Rio Grande do Sul	http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/jspui/ http://repositorio.furg.br/ http://www.lume.ufrgs.br/
	S C	CEFET			
		IFs	IF Catarinense IF de Santa Catarina		
		UFs	UF da Fronteira do Sul UF de Santa Catarina	UF de Santa Catarina	http://repositorio.ufsc.br/

Fonte: Dados da pesquisa

Para a região Sudeste, tem-se a seguinte distribuição: três RIs encontram-se no estado de Minas Gerais, um no Espírito Santo e um no Rio de Janeiro. Observa-se que em São Paulo não foi localizado nenhum repositório institucional. (ver quadro 07)

Salienta-se que a região sudeste possui grande número de universidades, no entanto não entraram para esta análise pois não faziam parte do universo da pesquisa. Pode-se citar algumas universidades da região paulista por exemplo: Universidade de São Paulo – USP; Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, entre outras que não faziam parte da análise deste estudo.

Quadro 07 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Sudeste

Região		IFES		IFES que mantêm repositórios	Endereço eletrônico dos RIs
S U D E S T E	E S	CEFET			
		IFs	IF do Espírito Santo		
		UFs	UF do Espírito Santo	UF do Espírito Santo	http://repositorio.ufes.br/
	M G	CEFET	CEFET de Minas Gerais		
		IFs	IF de Minas Gerais IF do Norte de Minas Gerais IF do Sudeste de Minas Gerais IF do Sul de Minas Gerais IF do Triângulo Mineiro		
		UFs	UF de Alfenas UF de Itajubá UF de Juiz de Fora UF de Lavras UF de Minas Gerais UF de Ouro Preto UF de São João del-Rei UF de Uberlândia UF de Viçosa UF do Triângulo Mineiro UF dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UF de Uberlândia	http://repositorio.ufu.br/
				UF de Viçosa	http://riserver.cp.d.ufv.br:8080/repositorio/
				UF dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/
	R J	CEFET	CEFET Celso Suckow da Fonseca		
		IFs	IF do Rio de Janeiro IF Fluminense		
		UFs	UF do Estado do Rio de Janeiro UF do Rio de Janeiro UF Fluminense UF Rural do Rio de Janeiro	UF Fluminense	http://repositorio.uff.br/jspui/
	S P	CEFET			
		IFs	IF São Paulo		
		UFs	UF de São Carlos UF de São Paulo UF do ABC		

Fonte: Dados da pesquisa

A região Norte, por sua vez, foi a que menos apresentou repositórios, o que já era de se esperar, tendo em vista que é a região com menos instituições federais de ensino superior do país. Foram localizados apenas dois repositórios, um no estado do Acre e um no Pará. Nos estados de Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Tocantins não foram encontrados IFES com repositórios institucionais. (ver quadro 08)

Quadro 08 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Norte

Região		IFES		IFES com RIs	Endereço eletr. dos RIs
N O R T E	A C	CEFET			
		IFs	IF do Acre		
		UFs	UF do Acre	UF do Acre	http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/
	A M	CEFET			
		IFs	IF do Amazonas		
		UFs	UF do Amazonas		
	A P	CEFET			
		IFs	IF do Amapá		
		UFs	UF do Amapá		
	P A	CEFET			
		IFs	IF do Pará		
		UFs	UF do Oeste do Pará UF do Pará UF Rural da Amazônia	UF do Pará	http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/
	R O	CEFET			
		IFs	IF de Rondônia		
		UFs	UF de Rondônia		
	R R	CEFET			
		IFs	IF de Roraima		
		UFs	UF de Roraima		
	T O	CEFET			
		IFs	IF do Tocantins		
		UFs	UF do Tocantins		

Fonte: Dados da pesquisa

Na região Nordeste, também com 26,04% do total de repositórios, a distribuição se dá da seguinte maneira: os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe possuem um repositório cada, e não foram localizados repositórios institucionais nas IFES dos estados de Pernambuco, Paraíba, e Piauí. Essa grande distribuição de repositórios na região Nordeste deve-se ao fato de que a região é a que contém maior quantidade de estados. (ver quadro 09)

Quadro 09 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Nordeste

Região		IFES		IFES que mantêm RIs	Endereço eletrônico dos RIs
N O R D E S T E	A L	CEFET			
		IFs	IF de Alagoas		
		UFs	UF de Alagoas	UF de Alagoas	http://www.repositorio.ufal.br/
	B A	CEFET			
		IFs	IF Baiano IF da Bahia		
		UFs	UF da Bahia UF do Recôncavo Baiano	UF da Bahia	http://www.repositorio.ufba.br/ri/
	C E	CEFET			
		IFs	IF do Ceará		
		UFs	UF do Ceará	UF do Ceará	http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/
	M A	CEFET			
		IFs	IF do Maranhão		
		UFs	UF do Maranhão	UF do Maranhão	http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/
	P B	CEFET			
		IFs	IF da Paraíba		
		UFs	UF da Paraíba UF de Campina Grande		
		CEFET			
		IFs	IF de		Tabela 05 - Tipos de

continua...

continuação de...

	P E		Pernambuco IF do Sertão Pernambucano		objetos digitais em repositórios institucionais espanhóis em 2007 e 2008 e suas respectivas quantidades
		UFs	UF de Pernambuco UF do Vale do São Francisco UF Rural de Pernambuco		
	PI	CEFET			
		IFs	IF do Piauí		
		UFs	UF do Piauí		
	R N	CEFET			
		IFs	IF do Rio Grande do Norte		
		UFs	UF do Rio Grande do Norte	UF do Rio Grande do Norte	http://repositorio.ufn.br:8080/jspui/
	S E	CEFET			
		IFs	IF de Sergipe		
		UFs	UF de Sergipe	UF de Sergipe	http://www.repositorio.biblioteca.ufs.br/

Fonte: Dados da pesquisa

Na região Centro-Oeste, com 17,37% do total de repositórios, observou-se que: Mato Grosso do Sul possui dois repositórios, Distrito Federal e Goiás um repositório cada e Mato Grosso não possui IFES com repositório institucional. (ver quadro 10).

Observa-se que não foram localizadas informações, no momento da pesquisa, a respeito da data de criação dos RIs tanto na coleta de dados nos RIs com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários quanto na análise da própria política.

Quadro 10 – Panorama das IFES e dos repositórios institucionais na região Centro-Oeste

Região		IFES		IFES que mantêm repositórios	Endereço eletrônico dos RIs
C E N T R O - O E S T E	DF	CEFET			
		IFs	IF de Brasília		
		UFs	Universidade de Brasília	Universidade de Brasília	http://repositorio.bce.unb.br/
	GO	CEFET			
		IFs	IF de Goiás IF Goiano		
		UFs	UF de Goiás	UF de Goiás	http://repositorio.bc.ufg.br/
	MT	CEFET			
		IFs	IF do Mato Grosso		
		UFs	UF de Mato Grosso		
	MS	CEFET			
		IFs	IF do Mato Grosso do Sul		
		UFs	UF da Grande Dourados UF de Mato Grosso do Sul	UF da Grande Dourados UF de Mato Grosso do Sul	http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/ http://repositorio.cbc.ufms.br/jspui

Fonte: Dados da pesquisa

Com a crescente expansão dos repositórios institucionais, a adoção de RIs pelas IFES traz consigo vários benefícios, alguns já mencionados pela Universidade de Manchester (2011) e outros elencados por Costa e Leite (2009, p. 181):

- a) Benefícios para a ciência como um todo, pois, ao mesmo tempo em que cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, reforça e potencializa as funções da comunicação científica, o que, por sua vez, reflete positivamente no avanço e desenvolvimento científico.
- b) Benefícios para as instituições que o adotam, pois ao mesmo tempo em que instituem ou sistematizam processos coerentes de gestão da informação científica, as conectam com uma rede global e aberta de informação científica, melhorando, assim, seus processos de comunicação científica internos e externos e também a sua visibilidade.
- c) Benefícios para o pesquisador, pois, além de gerenciar e dar visibilidade à sua produção, aumentando assim o impacto dos resultados da pesquisa que realiza, contribui diretamente para o aumento da sua própria visibilidade e prestígio.

A implantação de repositórios nas instituições federais de ensino superior cujo objetivo principal é a produção de informação e conhecimento para o avanço científico e tecnológico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão vem ao encontro da necessidade que a própria sociedade demanda, ou seja a divulgação dos documentos nesses repositórios para além da preservação das publicações mas também para a preservação da memória institucional e o acesso aos seus conteúdos.

Na tabela 01, a seguir, podem ser melhor visualizadas as quantidades de IFES e repositórios por estado existentes no Brasil.

Tabela 01 – IFES e Repositórios por Região

Região	UF	Total IFES	% IFES	Total RIs	% RIs
Sul	PR	04	4,12	02	8,69
	RS	09	9,27	03	13,04
	SC	04	4,12	01	4,34
Total Região Sul		17	17,51	06	26,07
Sudeste	ES	02	2,06	01	4,34
	MG	17	17,51	03	13,04
	RJ	07	7,21	01	4,34
	SP	04	4,12	00	00
Total Região Sudeste		30	30,90	05	21,72
Norte	AC	02	2,06	01	4,34
	AM	02	2,06	00	00
	AP	02	2,06	00	00
	PA	04	4,12	01	4,34
	RO	02	2,06	00	00
	RR	02	2,06	00	00
	TO	02	2,06	00	00
Total Região Norte		16	16,48	02	8,68
Nordeste	AL	02	2,06	01	4,34
	BA	04	4,12	01	4,34
	CE	02	2,06	01	4,34
	MA	02	2,06	01	4,34
	PB	03	3,09	00	00
	PE	05	5,15	00	00
	PI	02	2,06	00	00
	RN	02	2,06	01	4,34
	SE	02	2,06	01	4,34
Total Região Nordeste		24	24,72	06	26,04
Centro-Oeste	DF	02	2,06	01	4,34
	GO	03	3,09	01	4,34
	MT	02	2,06	00	00
	MS	03	3,09	02	8,69
Total Região Centro - Oeste		10	10,30	04	17,37
Total de todas as Regiões⁴		97	99,91	23	99,88

Fonte: Dados da pesquisa

⁴ Observa-se que, se somados os percentuais, o resultado não será 100%, pois se optou por trabalhar com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamentos.

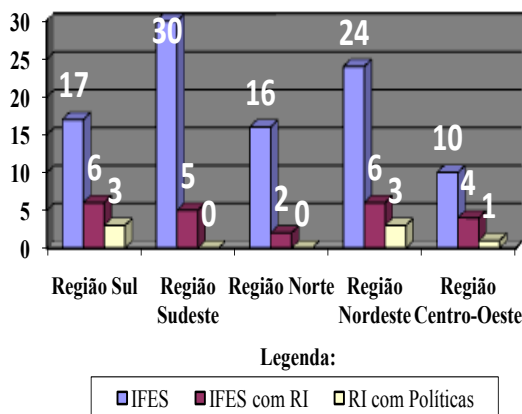
Nota-se que há concentração de IFES nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com 17, 9 e 7 instituições respectivamente. Juntos, esses estados representam 33,99% das IFES brasileiras. Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuem, ambos, três IFES com repositórios, e Paraná e Mato Grosso do Sul apresentam duas. O estado do Rio de Janeiro, que apresentou sete instituições federais de ensino superior, apresentou somente uma IFES com repositório.

Os repositórios institucionais trazem para as instituições federais de ensino superior a “oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição, a partir de seu repositório institucional”. (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 19). Os dirigentes das IFES certamente considerarão isso como uma oportunidade para o desenvolvimento de políticas institucionais.

4.2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E SUAS POLÍTICAS

A disseminação da implantação dos repositórios institucionais permitiu que as instituições federais de ensino superior “passassem a pensar na importância do estabelecimento de políticas de informação institucionais, trazendo como resultado prático um melhor gerenciamento da produção científica e sua disseminação para um público cada vez mais amplo”. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 11).

Das 23 instituições federais de ensino superior que possuem repositórios, observou-se que apenas 7 têm políticas de repositórios instituídas e disponibilizadas aos usuários. Pode-se observar, no gráfico 01, as IFES, os repositórios e as políticas por região.

Gráfico 01 – IFES x RIs x Políticas por região

Fonte: Dados da pesquisa

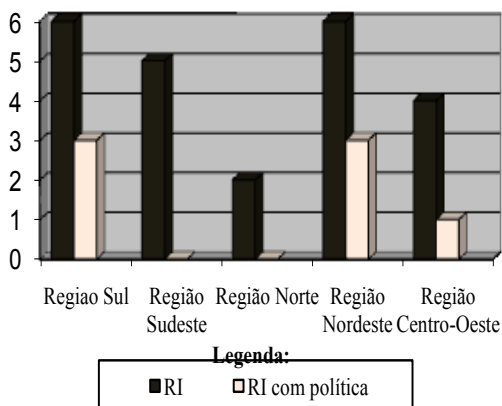
Foi possível observar que a região com mais IFES não é a que apresenta o maior número de repositórios. Chama a atenção o fato de a região Centro-Oeste, com 10 IFES, possuir 4 repositórios institucionais, e a região Sudeste, com 30 IFES possuir apenas 5. Sayão e Marcondes (2009, p. 23) discorrem que:

A implantação de um repositório institucional é o reconhecimento de que as atividades intelectuais e acadêmicas das instituições de pesquisa e ensino estão crescentemente representadas, documentadas e compartilhadas em formato digital; e que uma das principais responsabilidades dessas instituições de conhecimento é exercer a custódia sobre esses conteúdos no sentido de torná-los disponíveis para o acesso e para preservá-los por longo prazo.

Vale ressaltar que os repositórios necessitam inicialmente de políticas para garantir o seu povoamento. Essas políticas definem as orientações para implantar e gerenciar os repositórios institucionais. Na maioria dos casos, conforme salienta Shintaku e Meirelles (2010, p. 32), as políticas são “definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade. Essas recomendações

não são definitivas, podendo ser alteradas conforme a necessidade ou [o] contexto, dando um maior dinamismo.” Assim, elas podem ser revisadas a qualquer momento, o que se reflete diretamente no comportamento do repositório. No gráfico 02, são apresentados os repositórios e as políticas por região.

Gráfico 02 – Repositórios e políticas por região



Fonte: Dados da pesquisa

As regiões Sul e Nordeste possuem seis repositórios; destes, ambas também possuem 3 repositórios com políticas cada. Isso implica que 85,69% dos RIs com políticas encontram-se na região Sul e Nordeste. Salienta-se que não foram localizadas políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários nas regiões Sudeste e Norte. Na região Centro-Oeste, com 4 repositórios, foi localizada somente uma instituição com políticas, o que representa 14,28% dos RIs com políticas.

Dos RIs com políticas da região Sul, 67% estão localizados no estado do Rio Grande do Sul e 33% estão no estado do Paraná. Não foi localizada política instituída e disponibilizada aos usuários no estado de Santa Catarina.

As políticas da região Nordeste estão concentradas nos estados da Bahia, do Ceará e do Rio Grande do Norte, com 33,33% cada. Não foram localizadas políticas nos estados de Alagoas, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Já na região Centro-Oeste, 100% das políticas encontram-se no estado de Mato Grosso do Sul. Não foram localizadas políticas no Distrito Federal, em Goiás e em Mato Grosso. Verifica-se na tabela 02, apresentada a seguir, os RIs e as suas políticas.

Tabela 02 – Repositórios e políticas por região

Região	UF	Total RIs	% RIs	Total Polít.	% Polít.
Sul	PR	02	8,69	01	14,28
	RS	03	13,04	02	28,57
	SC	01	4,34	00	00
Total Região Sul		06	26,07	03	42,85
Sudeste	ES	01	4,34	00	00
	MG	03	13,04	00	00
	RJ	01	4,34	00	00
	SP	00	00	00	00
Total Região Sudeste		05	21,72	00	00
Norte	AC	01	4,34	00	00
	AM	00	00	00	00
	AP	00	00	00	00
	PA	01	4,34	00	00
	RO	00	00	00	00
	RR	00	00	00	00
	TO	00	00	00	00
Total Região Norte		02	8,68	00	00
Nordeste	AL	01	4,34	00	00
	BA	01	4,34	01	14,28
	CE	01	4,34	01	14,28
	MA	01	4,34	00	00
	PB	00	00	00	00
	PE	00	00	00	00
	PI	00	00	00	00
	RN	01	4,34	01	14,28
	SE	01	4,34	00	00
Total Região Nordeste		06	26,04	03	42,84
Centro- Oeste	DF	01	4,34	00	00
	GO	01	4,34	00	00
	MT	00	00	00	00
	MS	02	8,69	01	14,28
Total Região Centro-Oeste		04	17,37	01	14,28
Total de todas as Regiões⁵		23	99,88	07	99,97

Fonte: Dados da pesquisa

⁵ Observa-se que, se somados os percentuais, o resultado não será 100%, pois se optou por trabalhar com duas casas decimais após a vírgula, sem arredondamentos.

As sete IFES que possuem repositórios institucionais com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários, identificadas na pesquisa, são:

- a) Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- b) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);
- c) Universidade Federal do Ceará (UFC);
- d) Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- e) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- f) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e
- g) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

As políticas analisadas neste estudo podem ser observadas nos anexos A, B, C, D, E, F e G.

Os repositórios institucionais das IFES que possuíam políticas implantadas e disponibilizadas aos usuários foram denominados pela sigla RI seguida da sigla da universidade. Como exemplo, citamos o RI – UFBA. As exceções são a UFRGS, que denominou o seu repositório institucional Lume, e a UTFPR, que denominou o seu repositório RiUT.

As sete políticas instituídas foram formalizadas por documentos administrativos nas universidades às quais pertencem. Quatro IFES formalizaram suas políticas através de resoluções, duas através de portarias e uma não especificou no documento como foi feita a sua formalização, mas, pelas características observadas, pode-se inferir que é um regulamento.

Essas políticas foram aprovadas por diferentes órgãos, por exemplo: conselho universitário, conselho de ensino pesquisa e extensão e comissão do repositório institucional. Para demonstrar com mais clareza essas informações, elaborou-se o quadro 11, apresentado a seguir. Observa-se que 71,42% das políticas foram instituídas no ano de 2010.

Lembramos que, conforme o *Dicionário Jurídico On-line* (2011), Portaria é ato da administração pública que visa à determinação de providências para o bom andamento do serviço público. Resolução é o ato ou o efeito de solucionar alguma questão; pode ser considerada uma decisão ou uma deliberação, pois é o ato administrativo que reconhece a questão abordada.

Quadro 11 – Políticas instituídas

Políticas dos RIs	Tipo de Documento	De quando	De quem
FURG	Resolução n. 005/2010	16 de abril de 2010	Conselho Universitário
UFRGS	Portaria n. 5068	13 de outubro de 2010	Gabinete do Reitor
UTFPR	[regulamento]	4 de dezembro de 2009	Comissão do Repositório Institucional
UFBA	Portaria n. 024	7 de janeiro de 2010	Gabinete do Reitor
UFC	Resolução n. 02	29 de abril de 2011	Conselho Universitário
UFRN	Resolução n. 059	13 de abril de 2010	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
UFGD	Resolução n. 54	1 de julho de 2010	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

Fonte: Dados da pesquisa

Nessas sete políticas analisadas, verificou-se que os objetivos dos repositórios refletem os padrões considerados pela ciência, conforme Chizzotti (2001); Gil (2007); Meadows (1999); Minayo, Deslandes e Gomes (2008) e Pádua (2009). São seus objetivos:

- a) Estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da instituição;
- b) Preservar a produção intelectual da instituição;
- c) Ampliar a visibilidade da produção intelectual da instituição;
- d) Potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- e) Acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- f) Ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- g) Otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- h) Fomentar o desenvolvimento social;
- i) Possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela instituição;
- j) Preservar a memória institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos; e

- k) Contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

Além dos objetivos expostos acima, o RI da UFRGS menciona em sua política a promoção do acesso a outros documentos de relevância para a instituição, que fazem parte de seu acervo, embora não produzidos por ela, maximizando seu uso.

Percebe-se nas políticas dos repositórios institucionais que os participantes/depositantes do RI são a comunidade científica institucional (servidores e discentes) e todos com vínculo na instituição em que o documento será depositado. Somente duas políticas fazem ressalvas:

- a) Política do Lume (RI da UFRGS): informa que excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidas pela instituição, tenham caráter ou importância singular para a universidade; e
- b) Política do RI – UFGD: informa que autores externos que publiquem nas revistas editadas pela instituição também poderão fazer depósitos.

Os repositórios institucionais são, em sua maioria, utilizados nas IFES, conforme Freitas, Silva e Guimarães (2009, p. 334), com “a preocupação de disponibilizar os resultados de pesquisas feitas por seus docentes e discentes, o que dá uma grande projeção acadêmica e permite o acesso de maneira irrestrita, rápida e gratuita por qualquer pessoa com acesso à internet.” Mas, conforme observou-se, a UFRGS tem como uma de suas preocupações a preservação da memória institucional, por isso, permite o depósitos de documentos que, embora não tenham sido produzidos pela instituição, sejam de caráter ou importância singular para a universidade.

A ideia de repositórios digitais como sendo simplesmente um depósito estático com capacidade de recuperação de informação digital foi rapidamente ultrapassada. A concepção original “deslocou-se para um conceito mais sofisticado de sistema de informação que incorpora a facilidade da comunicação, da colaboração e de outras formas de interação dinâmica entre usuários de um vasto universo”. (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 23).

Percebeu-se que todas as políticas analisadas apresentavam informações sobre integrações, ou seja, o RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (*Open Archives*). Destaca-se, ainda, que o RI será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto no internacional.

Em todas as políticas analisadas foi explicitado quem seriam os responsáveis pelos RIs. A política do RI – UFBA informou que o seu responsável é um grupo gestor, constituído por meio de portaria. Porém, lembra-se que quando foi feita a pesquisa, essa portaria não estava disponibilizada no repositório. No quadro 12, a seguir, apresentam-se os responsáveis, segundo indicações das políticas dos repositórios e de suas portarias.

Quadro 12 – Responsáveis pelos repositórios institucionais nas IFES

Políticas dos RIs	Responsáveis pelo RI
FURG	Comitê Gestor que estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e à Pós-Graduação (PROESP), para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um representante da PROESP, um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, um representante da Pró-Reitoria de Graduação, um representante do Núcleo de Informação e Documentação e um representante do Núcleo da Tecnologia da Informação.
UFRGS	Comitê gestor, formado por um representante da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, que será o Presidente, um representante da Secretaria de Educação a Distância, a Diretora do Centro de Processamento de Dados (CPD), a Coordenadora da Divisão de Sistemas de Pesquisa do CPD, a Diretora da Biblioteca Central, dois membros da Comissão de Automação do Sistema de Bibliotecas, um representante da área de Artes, um representante da área Biomédica e um representante da área de Exatas.
UTFPR	A Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ficam responsáveis pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PiA) da UTFPR. Um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação dessa política. O Sistema de Bibliotecas, composto das bibliotecas de todos os <i>campi</i> da UTFPR, sob coordenação do Departamento de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico. A Diretoria de

continua...

continuação de...

	<p>Gestão de Tecnologia da Informação fica responsável pela implantação e pela manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal. Esse portal, gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas, será de livre acesso nos contextos nacional e internacional.</p> <p>Farão parte do Portal Institucional de Informação da UTFPR:</p> <p>i. Repositório Institucional (RI); ii. Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA); iii. Periódicos Institucionais.</p>
UFBA	Grupo gestor, constituído através de portaria.
UFC	A implantação e a manutenção do RI serão geridas por uma comissão formada por: um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, um representante da Pró-Reitoria de Graduação, um representante da Pró-Reitoria de Extensão, um representante do Sistema de Bibliotecas, um representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional, um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e um representante do Diretório Central dos Estudantes.
UFRN	A implantação e a manutenção do RI serão geridas por uma comissão formada por: um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, um representante do Sistema de Bibliotecas, um representante da Superintendência da Comunicação, um representante da Superintendência de Informática e um representante do Departamento de Biblioteconomia.
UFGD	Biblioteca Central – responsável pelo desenvolvimento, pela implantação e pela manutenção do RI.

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, no comitê gestor do RI – UFC, um dos integrantes é membro do diretório central dos estudantes. Essa foi a única política que apresentou presença discente.

Observou-se, ainda, nas políticas e/ou em documentos nos repositórios informações a respeito dos direitos autorais. É consenso nos repositórios que o autor deve estar disposto a conceder à instituição o direito não exclusivo de dar ao público acesso ao documento pela internet e de preservar seu trabalho integral no RI. Os trabalhos depositados nos RIs estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons. As políticas explicitam ainda que o autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, sendo vedada a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia.

4.3 FONTES DE INFORMAÇÃO (FI) NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

O povoamento dos repositórios deve ser analisado com muita cautela, levando em consideração que a sua criação e a sua implantação foram feitas em épocas distintas. No entanto, isso não influenciará na análise dos dados desta pesquisa, pois se considera apenas a data da coleta, 29 de junho de 2011, e não as datas de criação e implantação dos RIs e das suas políticas.

Essa análise servirá de base para verificar a situação atual do povoamento dos repositórios das IFES no Brasil que possuem políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários e quais tipologias e fontes de informação são consideradas relevantes pelas instituições federais de ensino superior para o povoamento de repositórios.

Como já foi mencionado na contextualização teórica, utiliza-se os autores Christóvão (1979), Cunha (2001), Grogan (1992) e Mueller (2007a) para embasar a análise sobre fontes de informação. Lembrando que as fontes formais de informação podem ser tipificadas em: primárias, secundárias e terciárias.

Nos repositórios institucionais, observou-se que os depósitos das fontes primárias foram de artigos de periódicos, livros e capítulos de livros, documentos (atas)⁶, trabalhos apresentados em eventos, teses e dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação e trabalhos de conclusão de curso de especialização, como pode ser verificado na tabela 03.

Tabela 03 – Tipologia das fontes de informação disponibilizadas nos RIs – fontes primárias

RI com políti- cas	Fontes Primárias de Informações										
	Art. per.	Liv.	Doc	Cap liv.	Liv. Cap Liv.	Trab . Ev.	Dis.	Tes.	TCC esp.	TCC grad.	Total
FURG	568				01	21	98	01			689
UFBA	401	159	384		44	09	14				1011
UFC	19			02		04	15	13			53
UFGD	19					05	23	03			50
UFRGS	3957				55	4149	14552		1002	3693	27408
UFRN	134					47	15				196
UTFPR	15	01				09	26	32			83
Total	5113	160	384	02	100	4244	14792		1002	3693	29490

Fonte: Dados da pesquisa

⁶ Para efeito desta análise, verificaram-se aleatoriamente os documentos e todos eram atas.

Chama-se atenção para o seguinte fato: a UFBA possui um tipo de coleção chamada “outros”, que tem um total de 79 itens. Esses documentos não foram analisados, tendo em vista que não se consegue classificá-los por tipologias por não estarem identificados. Todos os demais itens estão identificados nas páginas iniciais em “Comunidades e coleções”. Como as coleções não foram abertas para analisar documentos isoladamente, não é possível identificá-los, por isso eles não entraram na análise. O mesmo acontece no RI da UFC, que possui um tipo de coleção chamado ZZ-DRC-Teste, com um documento identificado como ZZZ-DRC-Teste-Colecao, o qual não entrou na análise, pois não foi possível identificar de que tipo de documento se tratava.

A UFRGS é a instituição com o povoamento mais numeroso, seguido da UFBA e da FURG, respectivamente. Nota-se que as fontes primárias com um número maior de documentos são as teses e as dissertações, com 14.792 itens, seguidas dos artigos de periódicos, com 5.113, e dos trabalhos de eventos, com 4.244 itens.

Dos sete repositórios com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários, 71,42% apresentaram em seu povoamento somente fontes primárias de informação. Isso acontece por serem universidades e produzirem grande quantidade desse tipo de fonte e, principalmente, por preservarem esses documentos. Além das fontes primárias, 28,58% dos repositórios apresentaram também fontes secundárias (ver tabela 04). Destaca-se o fato de nenhum repositório analisado ter apresentado fontes terciárias de informação, isto pode-se dar ao fato de que os editais FINEP/PCAL/XBDB N° 002/2009 e 003/2009 editais esses lançados em parceria com o IBICT, não orientam a utilização deste tipo de fonte, tendo em vista que foram editais com repercussões nacionais no qual pretendem apoiar projetos de implementação de repositórios nas instituições de ensino e pesquisa.

Tabela 04 – Tipologia das fontes de informação disponibilizadas nos RIs – fontes secundárias

RI com políticas	Fontes Secundárias de Informações		
	Acervo fotográfico	Referências para matérias de jornais	Total
FURG			0
UFBA		223	223
UFC			0
UFGD			0
UFRGS	1373		1373
UFRN			0
UTFPR			0
Total	1373	223	1596

Fonte: Dados da pesquisa

As fontes secundárias são caracterizadas como a fase de condensação, com informações agrupadas e aglomeradas. Nos repositórios institucionais que possuem políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários, observou-se que o povoamento de fontes secundárias são de acervo fotográfico, com 1.373 itens e referências básicas para matérias publicadas em jornais, com 223 itens.

A fotografia é considerada fonte primária, no entanto, o acervo fotográfico é considerado fonte secundária, pois remete à fonte primária, ou seja, a fotografia. No total, foram encontradas nos repositórios 1.596 fontes secundárias de informação. Agrupando as fontes primárias e secundárias, chega-se ao total de 31.086 fontes de informação.

Para fins de conhecimento, Melero et al. (2009, p.7) elaboraram uma tabela, ver tabela 05, com os tipos de objetos digitais que povoavam os repositórios institucionais espanhóis em 2007 e 2008 e suas respectivas quantidades, salienta-se que Melero et al. (2009) não teve a pretensão de verificar as tipologias das fontes de informação dos RIs analisados, ou no caso específico dos objetos digitais.

Tabela 05 - Tipos de objetos digitais em repositórios institucionais espanhóis em 2007 e 2008 e suas respectivas quantidades

Objetos Digitais	Total de objetos digitais	
	2007	2008
Artigos (texto completo + metadados)	17538	68357
Artigos (apenas metadados)	100	235
Livros/Cap. Livros (texto completo + metadados)	429	1145
Livros/Cap. Livros (apenas metadados)	2005	3053
Teses (texto completo + metadados)	3155	8532
Teses (apenas metadados)	260	800
Anais (texto completo + metadados)	444	2080
Anais (apenas metadados)	0	332
Working papers “Trabalhos” (texto completo + metadados)	1306	3729
Trabalhos de eventos (apenas metadados)	0	270
Objetos de aprendizagem	1725	5889
Conjunto de dados primários	-	-
Imagens	1129457	4814493
Vídeos	283	2789
Música	-	-
Outras	2153	9439

Fonte: Adaptação da Tabela 1 de Meleiros et al. (2009, p. 07)

As fontes de informação consideradas relevantes pelas instituições federais de ensino superior no Brasil para o povoamento dos repositórios, de acordo com o número de itens depositados, são, por ordem decrescente, os seguintes:

- a) Teses e dissertações;
- b) Artigos de periódicos;
- c) Trabalhos apresentados em eventos;
- d) Trabalhos de conclusão de curso de graduação;
- e) Acervo fotográfico;
- f) Trabalho de conclusão de curso de especialização;
- g) Documentos (atas);
- h) Livros e capítulos de livros; e
- i) Referências básicas para matérias de jornais.

Destaca-se o fato de que os repositórios institucionais que participaram dos editais FINEP/PCAL/XBDB N° 002/2009 e 003/2009 possuem em seus RIs, dos itens elencados acima, somente: teses e dissertações; artigos de periódicos; trabalhos apresentados em eventos; e

livros e capítulos de livros. Isto deve-se ao fato do edital fazer recomendações em que as instituições devem seguir.(IBICT, 2011a).

Melero et. al. (2009) salientam o estudo de Hedlun e Rabow realizado em 2007 que identificaram os repositórios institucionais nos seguintes países: Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia onde os resultados da pesquisa demonstraram que os RIs possuíam predominantemente teses, assim como artigos e anais de eventos.

Podemos observar que os RIs das IFES brasileiras vão ao encontro dos RIs desses países, pois as três primeiras fontes de informação destacadas foram teses e dissertações; artigos de periódicos e trabalhos apresentados em eventos.

A única política de repositório que mencionou os tipos de formatos digitais de arquivos foi a da UFGD. Essa política menciona que se aceitam arquivos de texto, som, imagem e vídeo, designadamente: pdf (texto); jpg/jpeg (imagem); mp3 (áudio) e avi (formato de vídeo).

A UFRGS menciona em sua política apenas os formatos, ou seja, os arquivos podem conter texto, imagem, vídeo e áudio. No entanto, a instituição apresenta instruções para uso de seu repositório, e nessas instruções explicita que as teses, as dissertações, os trabalhos de conclusão de mestrado ou de curso de especialização devem estar no formato pdf.

A UFBA não publica as informações de formatos em sua política, mas em seu repositório há um documento denominado “Orientações para uso do repositório institucional da UFBA” que explicita que devem estar no formato digital, podendo ser um texto, uma gravura, um audiovisual, entre outros. Não foram localizadas, no momento desta pesquisa, informações de formatos das demais IFES com repositórios e políticas instituídas.

Observou-se que todos os repositórios institucionais com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários são organizados por Comunidade, Subcomunidade e Coleção. Os RIs da UFBA, da UFC e da UFGD não deixam explícito que possuem subcomunidades, mas na análise verificou-se que seus desdobramentos podem sim ser considerados como subcomunidades. Observa-se o exemplo de uma comunidade do RI da UFBA:

Escola Politécnica⁷

- *Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial*⁸
 - Artigos Publicados em Periódicos (PEI)⁹
 - Dissertações de Mestrado (PEI)
 - Livros e Capítulos (PEI)
 - Outros (PEI)
 - Teses de Doutorado (PEI)
 - Trabalhos Apresentados em Eventos (PEI)

Os repositórios institucionais analisados se comportam da mesma maneira, ou seja, as Comunidades geralmente são os centros da universidade, áreas, editora (no caso da UFBA) ou até bibliotecas; as Subcomunidades, por sua vez são divisões das Comunidades e geralmente são subáreas e programas de pós-graduação. As Coleções são as fontes de informação propriamente dita, como, por exemplo, livros e capítulos de livros, dissertações e teses, entre outras fontes.

O RI – UFBA dá orientações do seu uso, nas quais fica claro que as comunidades correspondem às unidades (escolas, faculdades e instituto) da Universidade Federal da Bahia, e que cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções (tipos de documentos ou informações).

A política do RI – UFGD informa que seu RI está organizado em comunidades conforme áreas das Unidades Acadêmicas implantadas na instituição, e as coleções correspondem aos tipos de documentos passíveis de ser arquivados no repositório.

Existe apenas uma exceção no conjunto de RIs analisados, que é o RI da UFRGS. A política do RI – UFRGS (Lume) explicita que as comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. No entanto, pode-se verificar no exemplo a seguir o modelo utilizado por esse repositório:

- a) Ao selecionar a Comunidade Teses e Dissertações, remeteu-se para Subcomunidades;

⁷ Esta é considerada Comunidade.

⁸ Esta é considerada Subcomunidade.

⁹ Esta é considerada Coleção.

- b) Em Subcomunidades, seleciona-se Teses e Dissertações defendidas na UFRGS. Ao selecionar esse item, o pesquisador é remetido a outras Subcomunidades.
- c) Nessas Subcomunidades, seleciona-se Ciências Agrárias, o que por sua vez remeterá o pesquisador a Coleções.

Comunidades

Selecione uma comunidade para percorrer suas coleções.

- Acervo Fotográfico
- Artigos de Periódicos
- Livros e Capítulos de Livros
- Teses e Dissertações
- Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização
- Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação
- Trabalhos de Eventos

Subcomunidades

- Teses e Dissertações defendidas na UFRGS
- Teses e Dissertações não defendidas na UFRGS

Subcomunidades

- Ciências Agrárias
- Ciências Biológicas
- Ciências da Saúde
- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Engenharias
- Linguística, Letras e Artes
- Multidisciplinar

Coleções

- Ciência do Solo
- Ciência e Tecnologia de Alimentos
- Ciências Veterinárias
- Fitotecnia
- Microbiologia Agrícola e do Ambiente
- Zootecnia

Notou-se que o padrão estabelecido pelos RIs das IFES na explanação Comunidades, Subcomunidades e Coleções foi diferente dos demais na UFRGS. Talvez seu Comitê Gestor considere melhor localizar a fonte pelo tipo e depois pela área, e não vice-versa.

Observou-se ainda que é possível fazer buscas nos repositórios, além de Comunidades e Coleções, por outros tópicos. O que a FURG, a UFRN e a UFTPR chamam de “visualizar” as demais chamam de “percorrer”. Todos, no entanto, possuem a mesma finalidade. Esses tópicos auxiliam na busca de informação e nos fornecem dados, por exemplo, da quantidade de itens cadastrados. Há maneiras diferentes de serem disponibilizadas as informações aos usuários, conforme a necessidade do repositório. A seguir, apresentam-se os RIs das IFES e quais os tópicos disponibilizados:

- a) FURG: Data de emissão, autor, título e assunto;
- b) UFRN: Data de emissão, autor, título e assunto;
- c) UFTPR: Data de emissão, autor, orientador, título, assunto e campus;
- d) UFRGS: Títulos, autores, palavras-chave e anos;
- e) UFBA: Data de publicação, autor, título e assunto;
- f) UFC: Data de publicação, autor, título e assunto;
- g) UFGD: Data de publicação, autor, título e assunto.

Fica evidente que a maioria dos repositórios analisados oferecem as mesmas facilidades. “Focados no depósito e [na] recuperação de documentos em formato digital, muitos repositórios são semelhantes em relação às suas necessidades.” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 15). Isso ocorre porque o público-alvo em questão é composto da mesma comunidade, ou seja, são todos de instituições federais de ensino superior.

Observou-se, ainda, que todos os repositórios que possuem políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários possuem mecanismos de busca tanto para pesquisa simples quanto para pesquisa avançada. Isso facilita a precisão da pesquisa de fontes de informação por parte dos usuários.

Verificou-se que os repositórios apresentaram seus RIs na língua vernácula, ou seja, o português. Com exceção da FURG, da UFRGS e da UFTPR, todos apresentaram o idioma inglês como uma segunda opção, este considerado o idioma oficial da comunicação científica. A UFC, a UFRN e a UFGD deram a opção de um terceiro

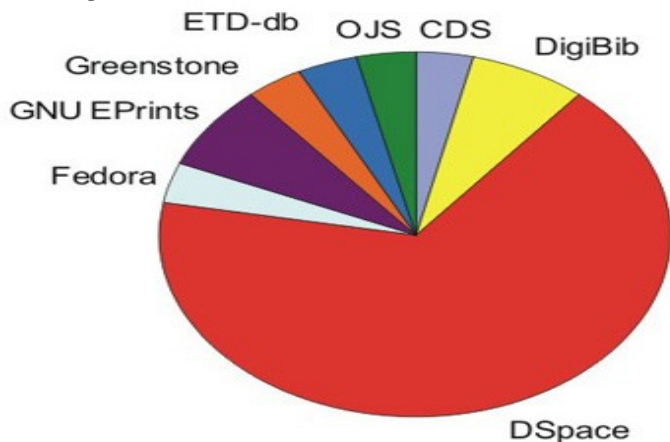
idioma aos usuários, o espanhol, e a UFGD ainda ofereceu o alemão como uma quarta opção.

Infer-se que os repositórios estão ampliando seu público-alvo, uma vez que oferecendo as páginas do RI em outras línguas além do português e do inglês, ampliar-se-á o número de acessos e *downloads* de arquivos e consequentemente a visibilidade das pesquisas armazenadas, inclusive do próprio repositório.

Nesse sentido, é preciso, sim, divulgar as páginas dos repositórios na língua inglesa, mas é importante que além das páginas dos repositórios institucionais em inglês seja pensado em divulgá-las em outros idiomas, como, por exemplo, o espanhol, para que um número maior de pessoas, principalmente do Mercosul, possa usufruir as pesquisas depositados nos repositórios institucionais brasileiros. No entanto lembra-se que a grande maioria dos documentos depositados nos RIs são de língua portuguesa, pois são documentos produzidos em instituições federais de ensino superior brasileiras.

Melero et al. (2009, p. 09 e 10) ao verificarem a situação dos repositórios institucionais de acesso aberto na Espanha observaram que o software mais utilizado foi o DSpace, com 66% , seguido do Eprints e DigiBib com 7% cada. As porcentagens dos demais Softwares disponibilizados, conforme gráfico 03, não foram especificados pelos autores.

Gráfico 03 – Distribuição dos software utilizados para configurar os repositórios espanhóis em 2009



Fonte: Figura 04 de Meleiros et al. (2009, p. 10)

No Brasil, os repositórios institucionais que possuíam políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários optaram por implementar o mesmo *software*. Nesse caso, verificou-se que 100% dos RIs fazem uso do DSpace.

Salienta-se que para as IFES que participaram da seleção dos editais da FINEP/PCAL/XBDB Nº 002/2009 e 003/2009 o *software* que vinha para ser instalado era o DSpace, e neste caso não era uma opção de escolha do *software*, e sim uma orientação do IBICT, mas como não foi foco da pesquisa verificar quais IFES participaram destes editais, decidiu-se utilizar o termo “optaram”.

A adoção do DSpace se justifica porque, no entendimento do IBICT (2010, p.01), tal *software*:

(...) foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

O DSpace é um *software* livre que preserva os objetos digitais de interesse da comunidade científica, e cabe às organizações que o adotarem a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional (IBICT, 2010).

Segundo Hübner e Guilherme (2009, p. 4), *software* livre

não é sinônimo de gratuidade, pois o termo ‘livre’ se refere a LIBERDADE, ou seja: liberdade para execução por qualquer pessoa física ou jurídica (usar); liberdade para estudá-lo e adaptá-lo às necessidades locais (estudar); liberdade para distribuir cópias, ajudando assim outras pessoas ou instituições (redistribuir); liberdade de aperfeiçoá-lo e distribuí-lo para outros, para que toda a comunidade seja beneficiada (modificar).

O DSpace é produto de um projeto, um aplicativo de computador que implementa um repositório. Fundamentado na filosofia

livre, tem *open source*, fornece facilidade para os arquivos abertos, além de orientar para o acesso aberto. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010).

Conforme dados do *Registry of Open Access Repository* (ROAR, 2011), o DSpace tem sido um dos *softwares* mais utilizados para a implementação de repositórios de acesso aberto.

Um outro aspecto verificado nos repositórios foram as estatísticas. Percebeu-se que 85,71% dos repositórios oferecem esse serviço aos usuários. A UFBA foi a única que não apresentou esse serviço. Na FURG, na UFC, na UFGD e na UTFPR, o repositório informa que possui estatística, no entanto não se conseguiu acessá-la na data da coleta dos dados. Por isso, salienta-se que apenas dois repositórios: UFRGS e UFRN foram analisados, como pode-se verificar a seguir.

Na UFRGS, em cada Comunidade, Subcomunidade e Coleção há estatísticas de acesso e de *download* por ano e por país. Existe também estatística dos itens mais baixados, que demonstra os dez itens com maior número de *downloads* por comunidade. Há estatísticas de usuários cadastrados da UFRGS e de usuários que não são da UFRGS.

Por sua vez, a UFRN possui repositório com estatísticas por Comunidade, Subcomunidade, Coleção e Obra, incluindo estatísticas de total de visitantes, visitas por mês, visitas por país e até mesmo por cidade.

As estatísticas são relevantes, principalmente, para os gestores dos repositórios para a verificação do uso dos documentos aí depositados. Com isso, a credibilidade e a visibilidade do seu RI aumenta. Pode-se dizer que a estatística estabelece métodos científicos para coletar, classificar, apresentar e interpretar os dados observados. Ela também auxilia no processo de tomada de decisão para tirar conclusões válidas dos dados e das informações. (NEHRING; REINHOLD, 2001).

Swan (2008 apud Kuramoto, 2009. p. 216) explicita que:

A experiência mostra que com o tempo os próprios autores (pesquisadores) se convencem dos benefícios e da importância do depósito de sua produção científica e voluntariamente passam a ser defensores do RI. Isto acontece devido às estatísticas que são produzidas a partir do uso dos repositórios indicando a quantidade de downloads dos seus artigos depositados no RI. Estudos mostram que o depósito da produção científica tende a dar maior visibilidade aos autores e às

universidades. O resultado disto é que as universidades que mantêm o seu repositório atualizado ganham maior poder de competitividade e os autores tendem a ser mais citados.

As estatísticas são indispensáveis, também, para que o gestor tenha informações rápidas, confiáveis e precisas à sua disposição para que o processo de tomada de decisão seja eficaz e eficiente. Segundo Medeiros, Meirelles e Jeunon (2008, p.171) a informação é “um ativo da sociedade que auxilia na tomada de decisões”, devendo ser gerenciada estrategicamente para agregar valor aos serviços e atender às necessidades informacionais. Informações estratégicas permitem que os repositórios institucionais das IFES tomem decisões acertadas, garantindo sua sobrevivência.

Segundo Giansi e Corrêa (2006, p. 106), “a formulação da estratégia necessita de um processo lógico, procedimental e prático, para que essa tarefa se torne sistemática, permitindo a formulação e [a] reformulação de estratégias” que garantam o processo. Daí a importância de conhecer toda a estrutura do RI para assim estabelecer procedimentos e estratégias consentâneas com a realidade encontrada.

Por fim, concorda-se com Rosa (2011, slide 26) quando diz que “o crescimento do volume e dos meios de acesso às comunicações exige uma nova atitude mental das pessoas e das instituições”, sendo indispensável “investir na capacitação e qualificação daqueles que serão intermediários entre a informação e o usuário” e o compromisso, neste caso, das IFES em promover cada vez mais o acesso à informação

A seguir, a seção referente às conclusões e às sugestões da presente pesquisa.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo apresentar as conclusões obtidas a partir da análise, da interpretação e das discussões dos resultados e algumas sugestões para a realização de novas pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada apontou que o Brasil possui 97 instituições federais de ensino superior, sendo que a região com maior porcentagem de IFES foi a Sudeste, compreendendo 30,90% do total. Dessas 97 instituições, 57 são universidades federais, 38 são institutos federais e 2 são centros federais de educação tecnológica. Somente 23 IFES apresentaram repositórios institucionais. Salienta-se que esse total compreende apenas universidades federais.

Nos institutos federais e nos centros federais de educação tecnológica não foram localizados repositórios institucionais. Isso desencadeia uma série de reflexões que poderiam ser estudadas como: Será que devido a cultural organizacional dessas instituições a criação de uma biblioteca digital supriu a necessidade do RI, com a ponderação do controle bibliográfico estar armazenado num único local? Será que todas os IFs e os CEFETs possuem Biblioteca Digital? Essas são indagações que podem ser investigadas em futuras pesquisas.

Verificou-se, ainda, que do total dos RIs implantados, as regiões Sul e Nordeste contam com 26,07% e 26,04%, respectivamente, alcançando juntas 52,11% do total dos RIs das IFES, ou seja, mais da metade das RIs das instituições federais de ensino superior.

A produção de conhecimento para o aprimoramento científico e tecnológico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão vem ao encontro da necessidade que a sociedade demanda, ou seja o acesso à informações precisas e de qualidade. Por isso, a implantação de repositórios nas IFES vai além dos objetivos da preservação das publicações e da memória institucional, pois oferece também o acesso aos conteúdos das fontes informacionais aí depositadas.

Constatou-se que as IFES estão em crescente expansão em número de implantação de repositórios institucionais, mesmo sendo considerado um número ainda incipiente, pois apenas 23,71% das IFES possuem RIs e se considerarmos as IFES com RIs já com políticas implantadas e disponibilizadas aos usuários esse número cai para 7,21%, ou seja, apenas 7 IFES possuem RIs com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários.

Espera-se que com o desenvolvimento de projetos que contribuem para o movimento do depósito da produção acadêmica e de pesquisas sobre acesso aberto a tendência é das IFES que ainda não possuem RIs estudarem possibilidades de implantação, e as que já possuem mas ainda não têm políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários, institui-as e disponibilize-as, pois vale ressaltar que os repositórios necessitam inicialmente de política para garantir o seu povoamento. As políticas orientam na hora de implantar e gerenciar os repositórios institucionais.

Destaca-se as sete IFES que possuem repositórios, identificadas na pesquisa, com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários: Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Ao analisar os repositórios institucionais e suas políticas conclui-se que:

- a) As sete políticas instituídas foram formalizadas por documentos administrativos nas universidades às quais pertencem, sendo que, desse total, 57,14% foram instituídas por meio de resolução, 28,57% por meio de portaria e 14,29% por meio de regulamento;
- b) Em todas as políticas analisadas os objetivos dos repositórios refletem os padrões considerados pela ciência;
- c) Os participantes/depositantes dos documentos nos RIs são os servidores e os discentes, ou seja, a comunidade científica institucional. Lembra-se que todos devem ter vínculo com a universidade, com exceção da UFRGS e da UFGD, que permitem membros externos, com algumas ressalvas;
- d) Todas as políticas analisadas apresentavam informações sobre integrações, ou seja, o RI deve ser integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (*Open Archives*);
- e) Todas as políticas explicitavam os responsáveis pelos RIs, geralmente na forma de comitê gestor. Chama a atenção que no comitê gestor do RI – UFC um dos integrantes é membro do diretório central dos estudantes, sendo a única que mencionou presença discente;

- f) As políticas e/ou os documentos nos repositórios também apresentavam informações a respeito dos direitos autorais;
- g) A maioria dos RIs (71,42%) apresentou em seu povoamento somente fontes primárias de informação. Outros 28,58%, além de apresentarem fontes primárias, apresentaram também fontes secundárias. Observou-se que nenhum RI apresentou fontes terciárias de informação. No total, entre fontes primárias e secundárias, os RIs apresentaram 31.086 fontes de informação;
- h) As fontes de informação consideradas relevantes pelas IFES para a construção de repositórios foram: teses e dissertações; artigos de periódicos; trabalhos apresentados em eventos; trabalhos de conclusão de curso de graduação; acervo fotográfico; trabalho de conclusão de curso de especialização; documentos (atas); livros e capítulos de livros e referências básicas para matérias de jornais;
- i) A única política de repositório que mencionou os tipos de formatos digitais de arquivos foi da UFGD, na qual aceitam-se arquivos de texto, som, imagem e vídeo nos seguintes formatos: pdf (texto); jpg/jpeg (imagem); mp3 (áudio) e avi (formato de vídeo);
- j) Todos os repositórios institucionais com políticas instituídas e disponibilizadas aos usuários são organizados por Comunidade, Subcomunidade e Coleção;
- k) Todos os repositórios analisados possuem mecanismos de busca tanto para pesquisa simples quanto para pesquisa avançada;
- l) Todos os repositórios apresentaram seus RIs na língua vernácula, ou seja, o português. Desses, 57,14% apresentaram uma segunda opção aos usuários, o inglês, 42,85% apresentaram uma terceira opção, o espanhol, e apenas 14,28% apresentaram uma quarta opção, o alemão;
- m) Todos os RIs com políticas instituídas e disponibilizadas fazem uso do *software* DSpace. .

5.2 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Em virtude das limitações impostas no escopo deste trabalho, esta dissertação deixa algumas questões em aberto. Consequentemente, esta pesquisa pode ser continuada através de outros estudos, de forma a preencher e enriquecer os espaços existentes a respeito das políticas de

repositórios institucionais, em especial sob o aspecto das fontes informacionais.

Alguns aspectos desta pesquisa merecem maior investigação e são apresentados como sugestões para futuros estudos:

- a) Analisar outras instituições de ensino que possuem repositórios, como instituições públicas e privadas de ensino superior, para verificar quais possuem repositórios e, dessas, quais possuem políticas;
- b) Analisar outros aspectos que envolvem diretamente ou indiretamente as políticas e seus repositórios, como temas sobre direitos autorais, *creative commons* e *copyleft*;
- c) Investigar a visibilidade das fontes de informação desses repositórios;
- d) Executar uma pesquisa sobre o formato dos arquivos das fontes de informação que compõem os RIs;
- e) Efetuar uma análise entre produção científica e repositórios e sua visibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- f) Analisar os editais FINEP/PCAL/XBDB N° 002/2009 e 003/2009 confrontando com os dados referentes à comunidade acadêmica envolvida na produção científica.
- g) Fazer outros estudos referentes aos repositórios institucionais vinculando aos cursos de graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação seja por região ou por estado.
- h) Verificar se as IFES com RIs definem estratégias para a preservação da memória digital a longo prazo e como essas preservam as informações contidas nos repositórios.
- i) Verificar o porquê da não existência de RIs nos IFs e CEFETs.
- j) Realizar, num período sugerido de cinco anos, esta pesquisa novamente para analisar o aumento do número de repositórios e de políticas, inclusive das informações que constam nessas políticas.

O estudo efetuado desencadeia novas possibilidades de analisar e estudar as políticas e os repositórios institucionais das IFES no Brasil na perspectiva da Ciência da Informação. Espera-se que esta dissertação encerre apenas uma etapa de investigação, mas que esta etapa abra novos horizontes, no quais novas dúvidas surgirão e inclusive os dados e

a análise apresentada neste estudo poderão ser interpretados com outros olhares científicos, pois são essas dúvidas e olhares diferentes que dão vida a ciência.

REFERÊNCIAS

ABADAL, E. La función de los repositorios en el ecosistema de la información científica. In: WORKSHOP REBIUN, 9., 2009, Salamanca. **Anais eletrônicos...** Salamanca: [s. n.], 2009. Disponível em: <<http://sabusa.usal.es/workshop/pdfs/5/abadal.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

ARAÚJO, V. M. R. H. de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 79- 100, 1979. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1530/1147>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

ARRUDA, S. M.; CHAGAS, J. **Glossário de biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade futura, 2002.

BAPTISTA, A. A. et. al. Comunicação Científica: o papel da *Open Archives Initiative* no contexto do Acesso Livre. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 1 – 17, 1. sem. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/377/435>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BARROS, L. V. **Fontes de informação jurídico-ambiental**: sítios, dicionários, bibliografias e outras referências para pesquisa. Prefácio Edilene Passos. Belo Horizonte: Fórum, 2007. Edição para o Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://editoraforum.com.br/sist/ebook/fontesambiental.asp>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

BARRUECO CRUZ, J. M. **Guía para la evaluación de repositorios institucionales de investigación**. Valencia: FECYT, RECOLECTA, CRUE, 2010. Disponível em: <<http://www.recolecta.net/buscador/documentos/GuiaEvaluacionRecolectav1.0-1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

BLATTMANN, U.; BOMFÁ, C. R. Z. Gestão de conteúdos em bibliotecas digitais: acesso aberto de periódicos científicos eletrônicos. **Rev. Bras. Bibliot. Doc.**, São Paulo, v.2, n.1, p.41-56, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/4/21>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

BLATTMANN, U. **Modelo de gestão da informação digital online em bibliotecas acadêmicas na educação à distância**: biblioteca virtual. 2001. 187 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BOLAÑO, C.; KOBASHI, N.; SANTOS, R. A lógica econômica da edição científica certificada. **Enc. Bibli.** Rev. Eletr. Bibl. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2006. p. 119 – 131. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/349/397>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 13 fev. 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=37>. Acesso em: 21 fev. 2011b.

BRASIL. Projeto de Lei nº, 2007 (Do Sr. Rodrigo Rollemberg). Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2011c.

BRICENO, Y. et al. Institutional Repository saber.ula.ve: A testimonial perspective. In: **International Conference on Open Access**, Accra Ghana, Ghana, 2009. Disponível em:

<<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/0912/0912.2032.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

BRODY, T.; HARNAD, S. **The research impact cycle**. 2004.

Disponível em:

<<http://opcit.eprints.org/feb19oa/harnad-cycle.ppt>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

BROWN, D. J. Repositories and journals: are they in conflict? A literature review of relevant literature. **Aslib Proceedings: New Information Perspectives**. v. 62, n. 2, 2010. p. 112-143. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp?sessionId=B4DE4A9FC4EDCBF4B71A6C7EF496E14D?contentType=Article&Filename=html/Output/Published/EmeraldFullTextArticle/Pdf/2760620201.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2003.

BUSTOS-GONZALEZ, A.; FERNANDEZ-PORCEL, A.; JOHNSON, I. **Guidelines for the creation of institutional repositories at universities and higher education institutions**. [S.l]: Babel Library, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/handle/10760/13512>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

CAFÉ, L.; LAGE, M. B. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **DataGramaZero**: Rev. Ci. Inf., v.3, n.3, p. 1-12, jun. 2002. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000318/01/Autoarquivamento_uma_op%C3%A7%C3%A3o_inovadora.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. totalmente rev. e ampl. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1)

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHRISTÓVÃO, H. T. Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ci.**

Inf., Rio de Janeiro. v.8, n. 1, p. 3-36, 1979. Disponível:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1533/1150>>.
Acesso em: 26 fev. 2011.

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas Brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, set. 2008, p. 218 – 232. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281/172>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

COSTA, S. M. De S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163 - 202.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Washington: SPARC, 2002. Disponível em:
<http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2011.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos; Livros, 2008.

CUNHA, M. B. da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos; Livros, 2001.

CURTY, R. G. et al. A organização e a descrição de estruturas de informação em repositórios institucionais acadêmicos: uma análise com base em elementos da arquitetura da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito (MS). **Anais...** Bonito (MS): Febab, 2009. 1 CD-ROM.

DICIONÁRIO JURÍDICO ON-LINE. Disponível em:
<<http://www.direitovirtual.com.br/?section=dicionario>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

DOBEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106.

ESPERANÇA renovada para o acesso livre com o PL 387/2011. **Pesq. Brasil. Ci. Inf. Bibl.**, v.2, n.2, 2011. Disponível em: <
<http://www.deolhonaci.com/news/esperan%c3%a7a%20renovada%20para%20o%20acesso%20livre%20com%20o%20pl%20387-2011/>>.
 Acesso em: 06 set. 2011.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. da G. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

FREITAS, M. A. de; SILVA, P. N. da; GUIMARÃES, J. de F. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 333-344.

GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of science: facilitating information among librarians scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GENONI, Paul. Content in institutional repositories: a collection management issue. **Library Management**, v. 25, n. 6/7, p. 300-306, 2004.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços**: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2006.

GIBBONS, S. **Establishing an institutional repository**. Chicago: American Library Association, 2004. Disponível em:
 <<http://1624.brianwinterman.com/gibbons.pdf>>.
 Acesso em: 06 mar. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROGAN, D. The literature. In: _____. **Science and technology: an introduction to the literature**. 2. ed. London: Clive Bingley, 1992. p. 14 – 19.

GUÉDON, J. C. **In Oldenburg's Long Shadow: Librarians, Research Scientists, Publishers and the Control of Scientific Publishing**. Association of Research Libraries, 2001. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/mmproceedings/138guedon.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

GUIMARÃES, M. L. dos S. Informação e transferência de tecnologia. **Inf & Soc.** : Est., João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 122- 137, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/329/251>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

HARNAD, S. et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review** , v. 30, n. 4, p. 310-314, 2004, Disponível em: <<http://www.ecs.soton.ac.uk/~harnad/Temp/impact.html>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

HEDLUND, T.; RABOW, I. **Open Access in the Nordic Countries: a state of the art report & workshop views and recommendations**. Nordbib, 2007. Disponível em: <<http://www.nordbib.net/News.aspx?M=News&PID=47&NewsID=14>> . Acesso em: 07 set. 2011.

HÜBNER, E.; GUILHERME, R. C. Software livre para bibliotecas: uma ferramenta para a democratização do acesso à informação. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito (MS). **Anais...** Bonito (MS): Febab, 2009. 1 CD-ROM

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Demografia**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB**

Nº 002/2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=643>>. Acesso em: 16 jun. 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Editais de chamada FINEP/PCAL/XBDB Nº 003/2009.** Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_noticias/edital_dist_pcal_xbdb_2009_chamada_2.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Revogado Edital Finep PCAL/XBDB nº 001/2009.** Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=622>>. Acesso em: 05 set. 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Dspace:** repositórios digitais. Disponível em: <<http://dspace.ibict.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

JOHNSON, R. K. Partnering with faculty to enhance scholarly communication.

D-Lib Magazine, v. 8, n. 11, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/november02/johnson/11johnson.html>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

KENNAN, M. A.; KINGSLEY, D. The state of the nation: a snapshot of Australian institutional repositories. **First Monday**, v. 14, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2282/2092>>. Acesso em: 07 set. 2011.

KING, D. W.; TENOPIR, C. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/360/321>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203 - 217.

LARA, M. L. G. de (Org.). Glossário: termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. (Org.) **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo (SP): Angellara, 2006. p. 387 - 414.

LE COADIC, Y.F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, F.C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.pdf> . Acesso em: 02 mar. 2011.

MACHADO, J. A. S. **Acesso Aberto Brasil**. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MACHADO, M. M. **Open Archives**: panorama dos repositórios. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MANUAL de gestão de serviços de informação. Curitiba: TECPAR; Brasília: IBICT, 1997.

MARCONDES, C. H. et al. (Orgs.) **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. 2. ed. Salvador/Brasília: UFBA/IBICT, 2006.

MARCONDES; C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs.) **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios, acesso livre, preservação. **Enc. Bibli:** rev. eletr. bibliotecon. bi. inf., Florianópolis, v. 15, n. 29, 2010. 68 slides. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/13706>>.
Acesso em: 22 fev. 2011.

MCLENDON, W. Institutional repositories. **Scholarly Communications in a Digital World**. jan. 2005. Disponível em:
<<http://www.unc.edu/scholcomdig/whitepapers/mclendon.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, N. L.; MEIRELLES, A. de M.; JEUNON, E. E. A gestão estratégica nos departamentos de tratamento técnico a partir da visão de Porter e de Prahalad e Hamel: fator de competitividade e sobrevivência das unidades de informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.18, n.1, p.171-182, jan./abr. 2008. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1261/1646>>.
Acesso em: 02 jul. 2011.

MELERO, R. et al. The situation of open access institutional repositories in Spain: 2009 report. **Information Research**, v. 14, n.04, dez. 2009. p. 01 – 22. Disponível em: < <http://informationr.net/ir/14-4/paper415.html#Hed07>>. Acesso em: 07 set. 2011.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUELLER, S. P. M. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. G. (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007a. p. 21 - 34.

MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.) **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007b. p. 125 – 144.

MUELLER, S. P. M. Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões. **Enc. Bibli: Rev. Eletr. Bibl. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.esp. 1. sem., 2008. p. 24-35. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1119/1593>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

NASCIMENTO, M. de J. Presença e visibilidade da literatura hispanófila em quatro revistas brasileiras de biblioteconomia, documentação e ciência da informação: análise de citação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 29-38, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n3/v36n3a04.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

NEHRING, H.; REINHOLF, I. R. Conceitos de estatística. In: _____. **Estatística**. Blumenau: Nova Letra, 2001. p. 11- 27.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

PACKER, A. L.; MENEHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. (Org.) **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo (SP): Angellara, 2006. p. 236 – 259.

PEREIRA, F. C. M. **Uso de fontes de informação**: um estudo em micros e pequenas empresas de consultoria de Belo Horizonte. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES - ROAR. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: 14 jun. 2011

ROSA, F. G. Comunicação científica: das restrições ao acesso livre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió (AL). **Workshop**: Implantação e gestão de repositórios institucionais. 07 ago. 2011. Parte 2, 28 Slides.

ROSA, F. G.; GOMES, M. J. Coordenadores de comunidades de repositórios institucionais: o caso do Repositório. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., p. 100 – 115, 2. sem. 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/16591>>.
Acesso em: 23 fev. 2011.

ROWLANDS, I. Electronic journals and user behavior: a review of recent research. **Library & Information Science Research**. v. 29, n. 3, set. 2007, p. 369-396. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W5R4PCH48W2&_user=687353&_coverDate=09%2F30%2F2007&_fmt=full&_orig=search&_cdi=6577&view=c&_acct=C000037882&_version=1&_urlVersion=0&_userid=687353&md5=245628d02b626d3c1a8f7e0197eccb64&ref=full#secx4>. Acesso em: 22 fev. 2011.

RUMSEY, S. The purpose of institutional repositories in UK higher education: a repository manager's view. **International journal of information management**, v. 26, n.3, p. 181-186, 2006. Disponível em:< <http://eprints.lse.ac.uk/800/>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. et. al (Orgs). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23 – 54.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSPACE: administração de repositórios**. Salvador : EDUFBA, 2010.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, F. C. C.da. **Avaliação de fontes de informação na web: um estudo focado na wikipédia**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, F. C. C. da; WALTRICK, S. A. **Fontes de informação e as necessidades informacionais: mapa conceitual**. 2006. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~ursula/3211/mapa_fontes.jpg>. Acesso em: 27 fev. 2011.

SOUTO, L. F. **Mediação em serviços de disseminação seletiva de informações no ambiente de bibliotecas digitais federadas**. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SWAN, A. The business of digital repositories. In: WEENINK, K.; WAAIJERS, L.; VAN GODTSENHOVEN, K. **A DRIVER's guide to european repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 15-48. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/93898>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

TOMAEL, M I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador (BA). **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

TORINO, E.; TORINO, L. P.; SILVA, T. E. da. Portais corporativos: ferramenta para compartilhamento da informação organizacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito (MS). **Anais...** Bonito (MS): Febab, 2009. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE DE MANCHESTER. **Project business case and benefits**. Disponível em: <<http://www.irproject.manchester.ac.uk/about/businesscase/index.html>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

VAN WEIJNDHOVEN, K.; VAN DER GRAAF, M. **Inventory study into the present type and level of OAI compliant Digital Repository activities in the EU**. 2008. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/93725>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. **Repositórios institucionais em Ciência e Tecnologia: uma experiência de customização do DSpace**. 2006. Disponível em:

<<http://dspace.ibict.br/dmdocuments/viana358.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

WEENINK, K.; WAAIJERS, L.; VAN GODTSENHOVEN, K. **A DRIVER's guide to european repositories**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. Disponível em:
<<http://dare.uva.nl/document/93898>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

WESTELL, Mary. Institutional repositories: proposed indicators of success. **Library Hi Tech**, v. 24, n. 2, p. 211-226, 2006.

WITTER, G. P. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In: CURTY, R. G. (Org.) **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. Londrina: UEL/CIN, 2010. p. 9-30.

WULFF, E. El paradigma del acceso libre a la gestión de la información científica en ciencias marinas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 233 – 252, set. 2008. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/262/171>>. Acesso em: 01 fev. 2011

APÊNDICE A – Modelo de solicitação de permissão para divulgação dos nomes das IFES e dos RIs que possuem políticas disponibilizadas aos usuários

Florianópolis, 26 de julho de 2010.

SOLICITAÇÃO

Prezada (o)(RESPONSÁVEL PELO REPOSITÓRIO)

Sou a mestranda Augiza Karla Boso, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Professora Doutora Ursula Blattmann. Meu tema de pesquisa é as políticas de conteúdos digitais dos repositórios das instituições federais de ensino superior no Brasil: análise sob o aspecto das fontes informacionais.

Já estou na etapa final do estudo, e o (NOME DO REPOSITÓRIO) foi um dos contemplados na pesquisa, tendo em vista que possui todos os itens necessários para a análise, ou seja, a..... (NOME DA IFES) possui repositório com política instituída e disponibilizada aos usuários.

Todos os dados analisados na pesquisa estão divulgados no repositório e na política e todos os usuários possuem acesso a eles, mas, mesmo assim, gostaríamos de **pedir permissão para divulgar o nome da instituição e do repositório na pesquisa.**

Caso queira, assim que finalizarmos a análise poderemos encaminhar uma cópia do estudo para vocês. Esta pesquisa não possui fins comerciais, **apenas fins acadêmicos.**

Caso permita divulgar o nome, favor responder a este e-mail.

Agradecemos antecipadamente seu apoio.
Muito obrigada.

Augiza Karla Boso
Bibliotecária CRB 14/1092
Especialista em Gestão da Informação e Inovações Tecnológicas
Mestranda em Ciência da Informação
<http://lattes.cnpq.br/7955990570233109>

ANEXOS

ANEXO A – Política do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

PORTARIA Nº. 024/2010

O **REITOR** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, **considerando** a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; **considerando** a necessidade de: **a)** preservar a produção científica; **b)** ampliar a visibilidade da produção científica, da memória cultural, artística técnica e tecnológica; **c)** potencializar o intercâmbio com outras instituições; **d)** acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; **e)** ampliar o acesso à sua produção científica, cultural, artística e tecnológica; **f)** facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; **g)** aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão;

RESOLVE:

Art. 1º - O grupo gestor da **Política do Repositório Institucional**, constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de "**RI**";

Art. 2º - O **RI** desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Art. 3º - O **RI** deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives* (Arquivos Abertos).

Art. 4º - A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre.

§1º - o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no **RI**;

§2º - na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Gabinete do Reitor

científica (*pre-prints*) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;

§3º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

§4º - ficam desobrigados de depósito no **RI**, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

§5º - ficam desobrigados de depósito no **RI** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;

Art. 5º - Todos os documentos que não se enquadrarem no especificados no "Art.4º, parágrafos 1º e 2º", e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, a exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no **RI**.

Art. 6º - Para facilitar o povoamento do **RI**, a Biblioteca Central ou qualquer outra Unidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores efetuando a entrada de cada documento no **RI** ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 7º - Para o fiel cumprimento desta política, estabelecer-se-á mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Publique-se, cumpra-se e registre-se.

Palácio da Reitoria, 07 de janeiro de 2010.


Naomar Monteiro de Almeida Filho
Reitor

**ANEXO B – Política do Repositório Institucional da Universidade
Federal da Grande Dourados**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA DIVULGAÇÃO
DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E TÉCNICAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

REPOSITÓRIO-UFGD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA DIVULGAÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E TÉCNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – REPOSITÓRIO-UFGD

Para o cumprimento desta Política, a UFGD estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem sua consolidação. Além disso, a implementação desta Política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e de mecanismos específicos, de forma a garantir a plena alimentação do Repositório Institucional e, por conseguinte, a preservação das produções científicas e técnicas¹ da Instituição.

1. CONCEPÇÃO

O Repositório Institucional é um arquivo eletrônico da produção científica e técnica da Instituição, armazenada num formato digital, que permite a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto no âmbito nacional quanto internacional.

O Repositório-UFGD manterá conexão permanente com a Internet para garantir o acesso, para viabilizar a coleta automática de metadados² periodicamente pelo IBICT com vistas a alimentar o Portal Oásis.BR.

2. OBJETIVOS

O Repositório-UFGD visa ao registro, à preservação e à divulgação eletrônica das produções científicas e técnicas da Universidade Federal da Grande Dourados, após processo de avaliação pelos pares, e considerando a necessidade de:

- ✓ Organizar de forma sistemática os materiais resultantes da produção científica e técnica.
- ✓ Maximizar a visibilidade, o uso e o impacto da produção científica e técnica nas comunidades universitária e externa.

1

¹ Para efeito deste documento, produções científicas ou técnicas são aquelas constituídas de resultados de pesquisas científicas e tecnológicas, de pesquisas ou de extensão consolidadas e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- ✓ Retroalimentar a pesquisa, o ensino, a extensão e a cultura.
- ✓ Permitir o acesso via Internet à produção científica e técnica.
- ✓ Preservar as produções científicas e técnicas da UFGD.
- ✓ Participar ativamente, enquanto parceira, no esforço conjunto da comunidade científica nacional e internacional, no domínio do acesso livre a repositórios institucionais.
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de suas pesquisas e de suas atividades de ensino, extensão e cultura.
- ✓ Otimizar a gestão de investimentos para a divulgação das produções científicas e técnicas.

a UFGD reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e técnica geradas na Instituição. Assim, para atender a essas necessidades, estabelece que a Biblioteca Central fica encarregada do desenvolvimento, implantação e manutenção do Repositório Institucional, neste documento, denominado de Repositório-UFGD, com as seguintes prerrogativas:

- I. o Repositório-UFGD desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional³ desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto no internacional;
- II. deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial, aqueles definidos no modelo *Open Archives*.
- III. a comunidade científica institucional publicará artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em periódicos científicos de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (*pos-prints*⁴) em repositórios de acesso livre;

metadados: descritivos (que servem para identificação e localização), administrativos (criação, direitos, controle de acesso, etc.) e estruturais (que relacionam os objetos).

³ Para efeito deste documento, considera-se "comunidade científica institucional" aquela constituída por seus pesquisadores e extensionistas, sejam docentes, colaboradores, pesquisadores e alunos graduandos e pós-graduandos.

⁴ Para efeito deste documento, considera-se "pos-prints" a versão de um artigo já publicado em revistas científicas. E "pre-prints" a versão original de um artigo ainda não publicado submetido a uma revista científica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- IV. o depósito aludido no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no Repositório-UFGD;
- V. os documentos que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passarem, a exemplo de teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no Repositório-UFGD;
- VI. ficam desobrigados de depósito no Repositório-UFGD:
 - a) os livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
 - b) os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
 - c) os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que forem publicados com fins comerciais.
- VII. de maneira a facilitar o povoamento do Repositório-UFGD, a Biblioteca Central deverá promover o registro da produção científica e técnica desta Instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no repositório, seja importando os dados já registrados em outros repositórios.

3. CONTEÚDOS QUE INTEGRAM O REPOSITÓRIO-UFGD

Deverão constar do Repositório-UFGD os documentos correspondentes às coleções:

dc:type	Tipo de Documento	Descrição
article	Artigos publicados	Artigo publicado numa revista científica.
conclusionworkgraduation	Trabalho de conclusão de curso de graduação	A tipologia será conforme o regulamento aprovado para cada curso de graduação.
workcompletionpost-graduationlatosensu	Trabalho de conclusão de curso	A tipologia será conforme o regulamento aprovado para cada curso



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

	de pós-graduação <i>lato sensu</i>	de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
<i>masterThesis</i>	Dissertações de mestrado	Após aprovadas pela banca julgadora.
<i>doctoralThesis</i>	Teses de doutorado	Após aprovadas pela banca julgadora.
<i>book</i>	Livros	Após editado.
<i>bookPart</i>	Capítulos de livros	Parte ou capítulo de um livro.
<i>conferenceObject</i>	Documentos de conferências	Todo tipo de documento relacionado com uma conferência: artigos, relatórios, palestras, artigos publicados em <i>proceedings</i> , relatórios de <i>abstracts</i> e pôsteres.
<i>lecture</i>	Trabalhos em eventos/palestras acadêmicas	-
<i>report</i>	Relatórios	Relatórios técnicos, relatórios de pós-doutorado, relatórios da disciplina (programa, conteúdo e métodos de ensino), etc.
<i>patent</i>	Patentes	-
<i>annotation</i>	Anotações a decisões jurisprudenciais	-
-	Revistas da instituição	-
Softwares	Softwares	-
<i>other</i>	Outros	Outro tipo de documento que venha a ser considerado relevante devidamente aprovado.

4. PARTICIPANTES NO REPOSITÓRIO

Podem arquivar, isto é, submeter *on-line* documentos da sua autoria:

- ✓ docentes, pesquisadores e extensionistas da universidade;
- ✓ alunos dos Programas de Pós-Graduação da UFGD em coautoria com docentes, pesquisadores e extensionistas da UFGD ou com o aval do(a) orientador(a);
- ✓ bolsistas da UFGD em coautoria com docentes, pesquisadores e extensionistas da UFGD ou com o aval do(a) coordenador(a) do projeto;
- ✓ colaboradores de projetos da UFGD;
- ✓ autores externos que publiquem nas revistas editadas pela instituição.

5. MODELO E ORGANIZAÇÃO DO REPOSITÓRIO-UFGD

Os autores poderão optar por:

- ✓ permitir o acesso ao texto integral (arquivo e acesso livre);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- ✓ permitir o acesso aos metadados incluindo o *abstract* (arquivo);
- ✓ definir um período de embargo.

Os metadados dos documentos submetidos serão validados pela Biblioteca Central da UFGD, visando à normatização de dados e de correspondente fiabilidade de resultados de pesquisa.

O Repositório Institucional da UFGD será organizado em comunidades conforme as áreas das Unidades Acadêmicas implantadas na Instituição.

As coleções correspondem aos tipos de documentos possíveis de arquivar no repositório.

A coordenação do repositório apresentará uma lista predefinida com os nomes das coleções para uniformizar a organização e facilitar a pesquisa.

Cada comunidade identifica um coordenador, responsável pela articulação da mesma com a coordenação do repositório.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO NO REPOSITÓRIO

6.1 ÂMBITO E CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS A DIVULGAR NO REPOSITÓRIO:

- ✓ Os documentos deverão ter sido publicados em revista científica;
- ✓ os documentos deverão ser de natureza científica e/ou técnica;
- ✓ os documentos deverão estar em formato digital.
- ✓ os documentos deverão estar completos e na sua forma final, prontos a ser disponibilizados de acordo com as autorizações dos autores e esta Política de Divulgação;
- ✓ os detentores dos direitos autorais devem disponibilizar à UFGD o direito de preservar e distribuir digitalmente o documento através do Repositório, de acordo com o licenciamento selecionado;
- ✓ relatórios de pós-doutorado;
- ✓ monografias.

Se o documento for parte integrante de outro, as restantes partes deverão ser submetidas de modo a que o Repositório possa disponibilizar o documento tão integral quanto possível.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

6.2 TIPOS DE ARQUIVOS E FORMATOS DIGITAIS

Cada arquivo digital pode ser constituído por vários arquivos.

Aceitam-se os formatos digitais de arquivos de texto, som, imagem e vídeo designadamente: pdf (texto); jpeg (imagem); mp3 (áudio); avi (Formato de vídeo).

7. ARQUIVOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A disponibilidade do arquivo das teses e dissertações é obrigatória, e continuará a cargo da Biblioteca Central.

As teses e dissertações mantêm os procedimentos administrativos estabelecidos pelo regulamento de cada Programa. Esses procedimentos incluem a obrigatoriedade de entrega de um exemplar da tese ou dissertação, em formato digital (CD-ROM).

O exemplar para arquivo será acompanhado de uma declaração do autor explicitando os termos da autorização de difusão e disponibilização que concede.

8. DIREITOS DO AUTOR

Todas as obras submetidas serão disponibilizadas no Repositório segundo a legislação específica vigente.

9. DA ESTRUTURA OPERACIONAL DO REPOSITÓRIO-UFGD

Farão parte do Repositório-UFGD os seguintes órgãos/programas: Biblioteca Central, Faculdades e Programas de Pós-Graduação.

9.1. DAS ATRIBUIÇÕES

I – Compete à Biblioteca Central:

- a) coordenar a implantação e o funcionamento do Repositório-UFGD;
- b) inserção das produções científicas e técnicas encaminhadas pelas Faculdades e Programas de Pós-Graduação;
- c) disponibilizar para acesso público;
- d) propor a normatização e controlar a qualidade dos metadados.

II – Compete às Faculdades e aos Programas de Pós-Graduação:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- a) encaminhar à Biblioteca Central as produções científicas e técnicas dos pesquisadores e extensionistas, juntamente com a autorização, em formulário específico, e um exemplar em meio digital.

III – Compete ao autor (pesquisador/extensionista):

- a) autorizar a publicação eletrônica das produções científicas e técnicas, em formulário específico;
- b) encaminhar, via direção da Faculdade, suas produções em meio digital à Biblioteca Central.

IV – Compete ao autor (pesquisador/extensionista) vinculado a Programas de Pós-Graduação:

- a) autorizar a publicação eletrônica das produções científicas e técnicas, em formulário específico;
- b) encaminhar suas produções em meio digital aos seus respectivos programas.

**ANEXO C – Política do Repositório Institucional da Universidade
Federal do Ceará**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 02/CONSUNI, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Universitário, em sua reunião de **29 de abril de 2011**, na forma do que dispõe o inciso V do artigo 53 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, combinado com os artigos 11, letra **b**, e 25, letra **s** do Estatuto em vigor, e com o artigo 18 do Regimento Geral,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica, cultural e artística na Universidade Federal do Ceará, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFC.

Art. 2o A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão;

IV - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas;

V - 01 (um) representante da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 3o O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. O autor deve garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do RI mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização a ser assinado pelo Autor.

Art. 4o O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Art. 5o São considerados autores dos conteúdos do RI os membros da comunidade científica institucional, ou seja, docentes, discentes e técnico-administrativos da UFC.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados

disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares, bem como documentos produzidos, submetidos ou patrocinados pela Universidade Federal do Ceará ou por membros da comunidade universitária.

Art. 6o Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos:

I - artigos publicados em periódicos científicos;

II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC;

III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição;

IV - livros e capítulos de livros;

V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;

VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.

Art. 7o Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*

Art. 8o O depósito, citado no art. 3o, poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 9o Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 10. Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 12. Para o cumprimento desta política, a UFC estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 29 de abril de 2011.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

**ANEXO D – Política do Repositório Institucional da Universidade
Federal do Rio Grande**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

RESOLUÇÃO Nº 005/2010
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
EM 16 DE ABRIL DE 2010

**Dispõe sobre a Política Institucional
de Informação da FURG – PII FURG.**

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na qualidade de Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião ordinária do dia 16 de abril de 2010, Ata nº 393,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Aprovar a política institucional de informação PII FURG.

Artigo 2º - A Política Institucional de informação PII- FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG.

I - Toda a produção intelectual da Universidade Federal do Rio Grande deverá ser divulgada por meio impresso e/ou eletrônico.

II - Considera-se produção intelectual toda e qualquer produção técnica, científica, artística ou cultural que, referendada por um processo de avaliação por pares, com critérios estabelecidos pela respectiva Unidade Acadêmica, seja publicada em meio impresso ou digital.

III – Como política Institucional de Informação, as Unidades Acadêmicas apoiarão a divulgação da produção intelectual, estabelecendo meios de publicação, seja impressa ou digital.

Artigo 3º - Como parte da Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande PII - FURG, será implementado um sistema de informações eletrônicas, no que tange ao registro, manutenção e acesso à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição, considerando a necessidade de:

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

Parágrafo Único – Com vistas a possibilitar o registro e a disseminação da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição e proporcionar maior visibilidade a essa produção, deverá ser implementado o Repositório Institucional (RI-FURG), interligado ao sistema de informação nacional e internacional.

Artigo 4º - O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação - NTI.

Parágrafo Único - O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante do NID e 1 representante do NTI.

Artigo 5º - O comitê gestor do RI – FURG terá as seguintes atribuições:

- I. implantar e viabilizar a utilização do repositório institucional (RI) da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;
- II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição;
- III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a comparabilidade das séries históricas;
- IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações;
- V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição;

VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

VIII. propor normas e documentos que orientem as Unidades Acadêmicas da FURG ao registro da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

Artigo 6º - O RI-FURG será composto pelo depósito de toda a produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição de autoria ou co-autoria de servidores da FURG, passíveis de registro nos termos definidos pela PII - FURG.

§ 1º - O depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é obrigatório e deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação.

§ 2º - Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou coautor terá um prazo máximo de seis (6) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI;

§ 3º - A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.

§ 4º - O Comitê gestor do RI-FURG disciplinará o depósito da produção intelectual discente, inclusive teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso da Universidade.

Artigo 7º - O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Artigo 8º - O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (*Open Archives*).

Artigo 9º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 10º. Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se às disposições em contrário.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin
PRESIDENTE DO CONSUN

**ANEXO E – Política do Repositório Institucional da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

RESOLUÇÃO Nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010.

Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Art. 17, Incisos I e III, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição,

CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.012920/2010-62,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no que se refere ao Repositório Institucional (RI) da UFRN.

Art. 2º A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por:

- I - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- II - 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição;
- III - 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação;
- IV - 01 (um) representante da Superintendência de Informática;
- V - 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.

Art. 3º O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.

Parágrafo único. A assinatura do termo de autorização da disponibilização da produção técnico-científica será eletrônica, após registro no RI.

Art. 4º O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, produção técnico-científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Art. 5º O depósito, citado no artigo 3º, deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

Art. 6º Na impossibilidade de realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.

Parágrafo único. Para efeito deste documento, considera-se "*pre-prints*" a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado.

Art. 7º Ficam desobrigados de depósito no RI:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre;

III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 8º Deverão ser depositados no RI todos os documentos que não se enquadrarem nos itens I, II e III do artigo anterior e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 9º A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Art. 10. Para o cumprimento desta política, a UFRN estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração, que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria, em Natal, 13 de abril de 2010.

Ângela Maria Paiva Cruz
REITORA EM EXERCÍCIO

**ANEXO F – Política do Repositório Institucional da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul**



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 5068 de 13 OUT 2010

Estabelece Política Institucional
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

Título I INTRODUÇÃO

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

Título II OBJETIVOS

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III -Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III
INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV
SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V
METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI
ACESSO E USO

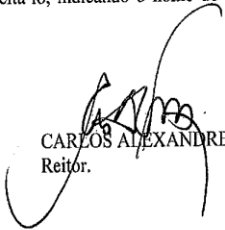
Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;



Serviço Público Federal
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.



CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.

**ANEXO G – Política do Repositório Institucional da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná**

Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

**POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UTFPR**

**CURITIBA
dezembro de 2009**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR considerando a necessidade de promover o acesso às pesquisas no seu âmbito e aumentar a difusão de seus resultados irá:

- i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição e a preservação de sua memória;
- ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade e pela própria comunidade científica;
- iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;
- v. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;
- vi. envidar esforços para que a revisão por pares, feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição, estejam acessíveis *on-line* para avaliação;
- vii. aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.

A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica¹⁰. Assim, para atender a estas necessidades a Universidade Tecnológica Federal do Paraná estabelece que:

1. a PROGRAD e a PROGPPG ficam responsáveis pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PiA) da UTFPR;
2. um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação dessa política;
3. o Sistema de Bibliotecas, composto pelas bibliotecas de todos os Campi da UTFPR, sob coordenação do Departamento de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico;

¹⁰ Para efeito deste documento, a produção científica é considerada como resultados de pesquisas divulgados em meios de comunicação científica tradicionais que têm revisão por pares.

4. a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal;

5. esse Portal, gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas, será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Farão parte do Portal Institucional de Informação da UTFPR:

- i. Repositório Institucional (RI);
- ii. Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA);
- iii. Periódicos Institucionais.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI)

1. Farão parte artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos, avaliados por pares, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da instituição;

2. o RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;

3. a comunidade científica institucional publicará os artigos de sua autoria ou coautoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre imediato ou que façam constar em seus contratos de publicação ou em adendos a estes contratos o depósito de artigos publicados (*pos-prints*¹¹) em repositórios de acesso aberto;

4. o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a sua publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou co-autor/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

¹¹ Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

5. na impossibilidade de divulgação no RI da versão publicada, devido às cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a realize o depósito com embargo¹² pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
6. os documentos que contenham informações sigilosas devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
7. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;
8. no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;
9. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
10. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;
11. para publicações impressas, o autor poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;
12. de maneira a facilitar o povoamento do RI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta

¹² Para efeito deste documento, considera-se “depósito com embargo” aquele realizado com restrições de publicação e que estará disponível *on-line* após o prazo determinado.

instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

REPOSITÓRIO DE OUTRAS COLEÇÕES ABERTAS (ROCA)

1. Farão parte trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, produção audiovisual, registros iconográficos e demais coleções mediante avaliação de demanda;

2. os trabalhos de conclusão de curso e monografias de especialização, produzidos por acadêmicos da instituição serão depositados imediatamente após a sua aprovação final. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou orientador/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses desta data para depositá-lo;

2.1 os documentos que contenham informações sigilosas, devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

2.2 os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

2.3 no momento do depósito, o(a) autor(a) deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;

2.4 os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;

2.5 de maneira a facilitar o povoamento, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós- Graduação e de Graduação e Educação Profissional, as respectivas Diretorias em cada *Campus* e as Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro desta produção, mediante autorização dos autores, seja efetuando a entrada de

cada documento ou importando os dados já registrados em outros sistemas;

3. a produção audiovisual, os registros iconográficos e demais coleções podem ser resultado de trabalhos internos ou externos à Instituição e serão depositados após a análise do Comitê Gestor.

PERIÓDICOS INSTITUCIONAIS

1. Os periódicos institucionais deverão, preferencialmente, ser gerenciados com o auxílio da plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e disponibilizados no Portal da Informação;

2. os periódicos institucionais deverão ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;

3. os editores de periódicos solicitarão aos autores de artigos apenas os direitos de publicação, possibilitando seu depósito em outros repositórios digitais;

4. os periódicos serão gerenciados de acordo com a Política Editorial vigente na Instituição.

5. Cada periódico será administrado por um editor, apoiado por um conselho editorial heterogêneo, constituído de integrantes que devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação. Além disso, deverá existir, ainda, um conselho consultivo renomado, constituído de especialistas nas áreas de cobertura do periódico, atentando-se à cobertura nacional e internacional, evitando assim a endogenia.

Para o cumprimento desta política, a UTFPR estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade e evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a

elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do portal da informação e, por conseguinte, a preservação da produção institucional e seu acesso aberto à sociedade.

Visando à flexibilidade das ações, a Política Institucional de Informação será revisada pelo Comitê Gestor, quando se fizer necessário, com a finalidade de garantir sua adequação aos objetivos da instituição.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data da sua homologação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2009.

Anna Terezinha Ribeiro Caruso
Presidente da Comissão do Repositório Institucional